

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**VEJA AS “DIRETAS JÁ!”:
UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO PELAS ELEIÇÕES DIRETAS PARA PRESIDENTE
NAS PÁGINAS DA REVISTA VEJA (DEZEMBRO DE 1983 – ABRIL DE 1984)**

MÁRCIO TAVARES DOS SANTOS

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de História da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
como requisito parcial para a obtenção do
grau de Licenciado em História.

Orientador

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt

Banca Examinadora

Profa. Dra. Carla Brandalise

Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó

Porto Alegre, 2010

*Estes tempos são tempos de caos; as opiniões
são uma disputa; os partidos são uma confusão;
ainda não foi criada uma linguagem para as
novas ideias; nada é mais difícil do que dar uma
boa definição de si mesmo em religião, em
filosofia, em política. Sente-se, conhece-se, vive-
se e, se necessário, morre-se por uma causa,
mas não se pode denominá-la. É um problema
desta época classificar as coisas e os homens...
O mundo embaralhou seu catálogo.*

Alphonse de Lamartine

Agradecimentos

Já li que os historiadores brincam de ser Deus. Nós criaríamos vida a partir dos documentos que encontramos nos arquivos. Nas mãos do historiador, o passado e as pessoas que nele viveram voltariam a ter carne, osso e sangue. Nossa brincadeira, portanto, consistiria em conversar com os mortos e, de uma maneira ou outra, trazê-los de volta ao mundo dos vivos.

Considero que essa fantasia de recriar a vida é encantadora, mas só se torna possível graças aos vivos que nos cercam ou nos cercaram e tornaram e tornam o nosso brinquedo, que é a profissão, ainda mais divertido e gratificante. Quero agradecê-los.

Em primeiro lugar, quero agradecer à UFRGS. Estar aqui na universidade foi uma experiência maravilhosa. Devo muito à UFRGS e me sinto feliz em vê-la, nos últimos tempos, cada mais forte e pujante, ampliando seu caráter público e democrático. Orgulho-me de *minha* universidade.

Agradecendo ao Ângelo Ronaldo Pereira da Silva, que é vice-Pró-Reitor de Extensão e um parceiro de muitas boas jornadas e lutas, além de ser o mais exemplar servidor público que conheço, agradeço a todos os técnicos e funcionários da UFRGS.

Não poderia deixar de mencionar os meus professores. Sem eles nada teria sido tão estimulante e desafiador. Ajudaram a conformar minha visão profissional e intelectual e certamente algumas de suas aulas marcam e marcarão minhas escolhas presentes e futuras. Dentre eles, gostaria de mencionar o Prof. Luiz Alberto Grijó que gentilmente participou da banca examinadora deste trabalho, e a Prof.^a Carla Brandalise, que, além de participar da banca examinadora, em suas aulas de história moderna e em diversos outras ocasiões mostrou-me o quão fértil pode ser o campo da história política em seus objetos e interessante em suas análises.

Faço uma menção especial e justa ao Prof. Benito Bisso Schmidt, que além de orientar com dedicação e generosidade esta pesquisa, é uma inspiração como historiador e como intelectual. É inegável que boa parte de minha formação intelectual se deve às suas aulas de Teoria da História e às “jornadas biográficas” que tivemos nos anos de 2004, 2005 e 2006, quando fui seu orientando como bolsista de iniciação científica. Para além, mesmo no período de maior incerteza e angústia, nos anos de 2007 e 2008, quando tinha dúvidas sobre se queria realmente a história como profissão, sempre que recorri ao Benito fui prontamente e pacientemente atendido. Sinto-me imensamente grato. Obrigado.

Não posso deixar de lembrar dos amigos que foram fundamentais para que, entre

tantos percalços e desvios, chegasse até aqui. Sinto que muitos deles se tornaram quase que como parte de uma nova família que fiz desde que passei a morar em Porto Alegre, e não poderia deixar de citá-los e agradecer-los. À Luciane Rocha Pereira, que faz as mais deliciosas tortas que já provei e que, em nosso breve período como “aprendizes de dançarinos”, tornou-se uma amiga querida; ao amigo Cícero Villamil Balestro, por saber o valor da amizade e a importância da verdadeira acolhida que só os bons amigos sabem oferecer; à Ariane Chagas Leitão, por ter me incentivado e por ser uma grande amiga, mesmo quando a distância separa e apenas o telefone e o *gmail* aproximam; ao André Wallau Villaverde, pelas eleições que perdemos juntos, mas que fizeram florescer o espírito da verdadeira amizade; e, *last but not least*, ao Jackson Raymundo, que tem sido um verdadeiro companheiro para todas as horas e para todos os momentos, por ter lido e relido todo o trabalho, por ter ajudado a revisar o texto e por ter incentivado e estimulado meu retorno à vida acadêmica. Obrigado.

Por fim, quero dizer que não teria trilhado este caminho sem o apoio constante e amoroso da minha família. Quero agradecer aos meus avós, Eva Teixeira Tavares e Fabrício Tavares, que, mesmo à distância, sempre me ajudaram e acarinharam; à minha *nonna* Maria Bez-Birolo dos Santos, a Dona Mariquinha, que, enquanto esteve aqui, foi um porto seguro de todos na família e, quando partiu, além das saudades, deixou uma história de vida que é dos meus maiores exemplos; à minha irmã Thaís Tavares dos Santos, pelo carinho e pela amizade; e aos meus pais, Moacir dos Santos e Eliege Tavares dos Santos, que são meus maiores incentivadores e os melhores e mais abnegados pais que conheço: sempre estimulando, sempre compreendendo e sempre amando. Sem os dois nada seria possível. Muito obrigado.

Resumo

Este trabalho busca analisar a cobertura realizada pela revista *Veja* durante a campanha pelo retorno do voto direto para Presidente da República no Brasil, entre os meses de dezembro de 1983 e abril de 1984. Ao longo da pesquisa procuro avaliar como a revista percebeu e ordenou os acontecimentos da campanha pelas “Diretas Já!” em sua cobertura e como em suas páginas ela constituiu uma interpretação peculiar daquele momento histórico. Com relação aos aspectos teóricos, para a análise da estruturação do campo jornalístico brasileiro me baseio, principalmente, nas discussões realizadas por Robert Darnton e Pierre Bourdieu. Além disso, os conceitos da antropologia interpretativa, sobretudo as discussões dos antropólogos norte-americanos Clifford Geertz e Marshall Sahlins, são centrais para a discussão que realizo sobre a forma como o discurso jornalístico de *Veja* se inseria na disputa social pela construção do significado político do movimento pelas “Diretas Já!”. Com relação a metodologia, é utilizado para o desenvolvimento da pesquisa, em última instância, o método da “descrição densa” proposto por Geertz.

Palavras-chave: revista *Veja*; “Diretas Já!”; redemocratização brasileira; campo jornalístico; história política; antropologia interpretativa; história e antropologia; representações sociais.

Sumário

1. Introdução: Veja as diretas!	7
2. “Uma Finlândia de leitores”: um perfil da revista <i>Veja</i>	17
3. “Um triunfo perigoso”: as diretas nos editoriais de <i>Veja</i>	24
4. “A sucessão é uma briga de foice no escuro”: a campanha nos meses de dezembro 1983 e janeiro 1984.	32
5. “A praça pede o voto”: a campanha nos meses de fevereiro a abril de 1984.	39
6. Considerações Finais.	49
7. Fontes utilizadas.	53
8. Referências bibliográficas.	54

1. Introdução: Veja as diretas!

“Vai passar nessa avenida um samba popular
Cada paralelepípedo da velha cidade essa
noite
vai se arrepiar”

Trecho de *Vai Passar* (1984) de Chico
Buarque

1984 foi um ano vivido muitas vezes antes de sua chegada. Todavia, foi vivido na imaginação. George Orwell tornou célebre a data por ter batizado com ela seu mais famoso romance: “1984”. Portanto, durante o íterim que separa 1948 (ano da publicação de “1984”) do 1984 histórico, milhões de pessoas fantasiaram a partir da distopia de Orwell sobre como seria este ano. A trama criada pelo autor conta as desventuras de uma Inglaterra dominada por um regime totalitário. O país, rebatizado como “Plataforma de pouso número 1”, é subjugado por uma organização política denominada IngSoc (“O partido”). O IngSoc exerce sua ditadura, disfarçada de democracia, por meio da onipresença de um olho mecânico que a todos observa incessantemente: é o *big brother*. Winston Smith é o “herói” da trama. Ele não se adapta ao regime do “grande irmão” e passa a buscar uma forma de resistência e de encontrar a liberdade perdida¹.

O leitor pode se perguntar: o que tem a ver o “futuro 1984” imaginado por Orwell, quase como paródia dos regimes totalitários da década de 1930, com o 1984 histórico? A resposta seria: praticamente nada. No entanto, sempre me pareceu irônica a relação do 1984 literário com o ano “real” de 1984 no Brasil, pois é possível fazer um paralelo entre as aspirações por liberdade do protagonista do romance de Orwell com os anseios de milhões de brasileiros que saíram às ruas para reivindicar em praça pública o retorno do voto direto para presidente e, portanto, o fim de uma ditadura militar que já durava vinte anos. Parece-me que uma parcela considerável da população brasileira foi tomada pelo espírito de Winston Smith durante os primeiros meses de 1984 e é sobre os acontecimentos políticos ocorridos no Brasil no finzinho de 1983 e no início de 1984 que pretendo tratar. Vou abordar, conseqüentemente, o movimento pelas “Diretas Já!”. Entretanto, para abordá-lo, escolhi um olhar específico: não o olhar de um onipresente *big brother*, mas o da revista semanal de maior circulação no país hoje e em 1984: a revista *Veja*.

¹ ORWELL, George. *1984*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

No início de 1983, um jovem deputado (32 anos), ex-militante do MR-8², eleito pelo PMDB de Mato Grosso, iria ganhar súbita notoriedade ao propor uma emenda à Constituição Federal que estabelecia o retorno imediato da eleição por meio do voto direto para presidente da República. A emenda acabou batizada com o nome do proponente: Dante de Oliveira. No entanto, a proposta só ganharia corpo a partir do final do ano de 1983, quando o conjunto dos partidos que faziam oposição ao regime ditatorial resolveu encampar a ideia das diretas. PMDB, PDT, PTB e PT, então, organizaram o maior movimento cívico da história nacional, que ficou conhecido por movimento pelas “Diretas Já!”.

A campanha pelas “Diretas Já!” surgiu no fim do governo do general Figueiredo, que era já o quinto presidente imposto pelos militares desde o golpe de 1964³. A partir de 1966, quando foi promulgado o AI-2⁴, os militares se revezavam na presidência. As “eleições” para Presidente eram realizadas por meio de um Colégio Eleitoral – eram as chamadas “indiretas”. Tal Colégio era composto por membros do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas estaduais, que possuíam a prerrogativa de eleger o presidente. Este sistema eleitoral favorecia o governo ditatorial, pois os militares sempre mantiveram – por meio de diversas estratégias⁵ – a maioria parlamentar.

Entretanto, o regime passava, desde a subida ao poder do general Ernesto Geisel, por um processo de distensão denominado pelos militares como: “abertura lenta, gradual e segura”⁶. Essa foi iniciada por Geisel e seguida por Figueiredo. O último presidente militar promulgou, por exemplo, a lei da Anistia, que permitiu o retorno dos exilados ao

² Movimento Revolucionário 8 de Outubro. O MR-8 foi assim batizado em referência ao dia 8 de outubro de 1967, quando Ernesto *Che* Guevara foi capturado pelos militares na Bolívia. O MR-8 defendia, na época, posições políticas ligadas ao marxismo-leninismo. A organização foi fruto de um *racha* do PCB (Partido Comunista Brasileiro), após 1974 passa a atuar dentro do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e com a liberalização partidária passa a compor o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) sucessor do extinto MDB. Ver: CAMURÇA, Marcelo Ayres & REIS, Daniel Aarão. *O Movimento Revolucionário 8 de Outubro. Da luta armada contra a ditadura à luta eleitoral no PMDB*. IN: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (org.). *Revolução e democracia (1964 - ...)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

³ Quinto presidente mas sexto mandatário militar, pois, após a morte do general Arthur da Costa e Silva, o país foi governado por um junta militar composta pelos chefes do exército, da marinha e da aeronáutica. Ver: SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

⁴ AI-2: Ato Institucional número 2. Dentre outras disposições, o Ato acabou com o pluripartidarismo e instituiu a eleição indireta, por meio do Congresso Nacional, do Presidente da República.

⁵ Dentre as estratégias utilizadas para a manutenção da maioria parlamentar, estavam presentes desde táticas de restrição e repressão da propaganda partidária, como foi a “Lei Falcão”, até métodos heterodoxos como a imposição de novos clubes de futebol no Campeonato Brasileiro – dizia-se: “onde a ARENA vai mal, mais um clube no nacional”. Ver: ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Lutas democráticas contra ditadura*. IN: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (org.). *Op. Cit.*, 2007.

⁶ Ver: SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo...* pp. 315 – 341.

país e o seu reingresso na vida política. Além disso, durante o período de Figueiredo, foi restituído o voto direto para a eleição dos governadores dos estados. Portanto, havia um vagaroso processo de reapropriação dos direitos civis por parte da população⁷.

Os últimos anos da ditadura militar foram marcados, para além da abertura política, por uma profunda crise econômica. Nos primeiros anos da década de 1980 – 1981, 1982 e 1983 –, o Brasil sofreu com a recessão e o achatamento dos salários. Os ganhos econômicos da época do “milagre”⁸ estavam sendo tragados pelo desastre do início dos 1980 e a legitimidade do regime era solapada na mesma proporção em que o desemprego aumentava e aprofundava-se o achatamento salarial dos trabalhadores⁹. A ditadura era “um sonho quebrado”, conforme disse *Veja* em 4 de abril de 1984, aludindo aos 20 anos da “revolução de 1964” comemorados pelo governo dias antes¹⁰.

É este contexto de abertura política, associado com a erosão do apoio popular à ditadura, que tornou possível que milhões de brasileiros saíssem às ruas a reivindicar o retorno de um direito que não exerciam desde 1960, quando foi eleito Jânio Quadros para a presidência. A campanha foi marcada pela maciça participação popular: milhões de pessoas foram às praças públicas participar dos maiores comícios já vistos no Brasil. Eram 100, 200, 500 mil, 1 milhão de pessoas reunidas sob um único mote: “Diretas Já!”. Parafraseando Alberto Tosi Rodrigues, parecia que todos queriam soltar “um grito preso na garganta”¹¹ há muito tempo.

Meu interesse será o de investigar como este movimento foi “coberto” pela revista *Veja*. Esta publicação da editora Abril é a verdadeira protagonista desta pesquisa. *Veja* surgiu em 1968, pouco tempo antes da imposição do AI-5¹². Foi a primeira revista semanal de informação do país¹³ e levou alguns anos para se consolidar em nosso mercado de periódicos¹⁴. Contudo, a partir da metade da década de 1970, após anos de insistência da editora Abril, *Veja* se tornou a revista de maior tiragem e de maior sucesso

⁷ Ver: CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

⁸ Durante o período do chamado “milagre brasileiro”, o crescimento econômico atingia taxas superiores a 10% ao ano. No entanto, a massa salarial, ou seja, o rendimento dos trabalhadores, não crescia na mesma velocidade que a produção, o que gerou um aprofundamento da desigualdade social. Ver: SKIDMORE, Thomas. *Op. Cit.*, 1988. pp. 274 -289.

⁹ Ver: CARVALHO, José Murilo. *Op. Cit.*, pp. 155 – 197.

¹⁰ *Veja*. Edição 813 de 4 de abril de 1984, p. 22.

¹¹ RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas Já: o grito preso na garganta*. São Paulo, FPA, 2003.

¹² O AI-5 foi o Ato Institucional que mais restringiu os direitos civis. Nele está disposto a implementação da censura prévia, por exemplo. Ver: FAUSTO, Bóris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo, EDUSP, 2002, pp. 264 -265.

¹³ LUCA, Tânia Regina de & MARTINS, Ana Luiza. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2008, p. 219.

¹⁴ *Idem*, p. 220.

da história nacional¹⁵. Portanto, uma voz importante no cenário jornalístico nacional e, como pretendo demonstrar, uma participante da arena política.

Esta pesquisa, por conseguinte, se insere no estudo do político. Trata-se de uma história *por meio da* imprensa. Tânia Regina de Luca diz que o “retorno da história política” colocou o estudo dos meios de comunicação na ordem do dia, pois seria lá que se “registra cada lance dos embates na arena do poder”¹⁶. Desta forma, a presente investigação se insere neste âmbito do estudo do político. Político entendido aqui no amplo sentido proposto por Pierre Rosanvallon: como o lugar em que se articulam o social e a sua representação¹⁷. É partindo desta noção de política como “zona de fronteira”¹⁸ que abordo a cobertura da campanha pelas “Diretas Já!” realizada por *Veja*.

Sendo assim, ao longo das páginas que se seguem, voltarei para o tempo em que as redações eram povoadas por máquinas de escrever e os computadores pessoais ainda não tinham se imposto como bem de primeira necessidade para o jornalista. Se “o passado é um país estrangeiro” em que “as pessoas fazem coisas diferentes”, conforme disse Hartley no seu famoso romance “O mensageiro”¹⁹, é importante que o historiador adentre neste país alheio, mesmo que seja quase vizinho ao nosso, como o são os anos de 1983 e 1984, municiado com um arsenal teórico que lhe dê segurança em seus passos. Ainda mais em nosso caso: viajaremos para uma nação vizinha e permaneceremos em zona de fronteira, pois esta é, sem dúvida, uma metáfora válida para um historiador que discute o “campo jornalístico”.

Acompanhar os acontecimentos do mundo através da imprensa tornou-se rotina na sociedade moderna. São inúmeros os veículos que dão acesso às notícias. Jornais, revistas, canais de rádio e de TV e, mais recentemente, a internet, por meio dos *sites* e das redes sociais, formam um emaranhado de mídias que têm por objetivo oferecer ao indivíduo informação e entretenimento. Para alguns, tal proliferação dos meios de comunicação seria marca indelével da atualidade. Manuel Castells, por exemplo, sustenta a tese de que os “modos de informação” estariam substituindo os “modos de produção” como o motor do nosso tempo. Viveríamos, portanto, a “era da informação”²⁰.

Meu objetivo aqui não será discutir qual o elemento motriz de nossa sociedade,

¹⁵ *Idem*.

¹⁶ LUCA, Tânia Regina. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo, Contexto, 2010. P. 128.

¹⁷ ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história conceitual do político*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 12.

¹⁸ Ver também: RÉMOND, René. *Do político*. IN: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro, FGV, 2003, pp. 441-455.

¹⁹ HARTLEY, L.P. *O mensageiro*. São Paulo, Nova Alexandria, 2003, p. 18.

²⁰ CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade, cultura*. São Paulo, Paz e Terra, 2007. *Et alli*

nem mesmo se há tal elemento motriz. O que basta é o fato da imprensa, junto às demais mídias, ser relevante e “boa para pensar” o nosso tempo. Sem qualquer pretensão de aprofundar tal discussão, prefiro concordar com o ponto de vista do historiador norte-americano Robert Darnton, que defende que “toda era foi uma era da informação, cada uma à sua maneira, e que os sistemas de comunicação sempre moldaram os acontecimentos”²¹.

Desse modo, pode ser ou não que o desenvolvimento das tecnologias da informação esteja nos levando a uma nova era. Isto é questionável e demanda ainda mais pesquisa. Todavia, a importância das mídias, essa sim, é inquestionável. Sendo assim, Darnton provavelmente tenha razão ao salientar a necessidade de os historiadores investigarem como as notícias e a informação são produzidas por diferentes sociedades e em diferentes tempos²². É este o propósito a que me dedicarei nesta investigação.

Sendo assim, antes de qualquer coisa, pretendo oferecer ao leitor um guia relativamente seguro para serpentear pelos caminhos da produção das notícias, permitindo que ele navegue nas latitudes e longitudes do mundo do jornalismo; inclusive para que, munido com o mapa que escolhi, possa fazer a crítica do caminho trilhado. Creio que o ponto de partida de nossa viagem seria questionar o que são as notícias. A fim de oferecer uma resposta adequada, recorro mais uma vez a Darnton, que diz:

A maioria de nós responderia que notícias são o que lemos nos jornais ou vemos e ouvimos nos telejornais. Se examinássemos a questão mais detidamente, entretanto, provavelmente concordaríamos que as notícias não são o que aconteceu (...), mas sim relatos sobre o que aconteceu. É um tipo de narrativa²³.

Portanto, ao analisar o discurso jornalístico e seu contexto de produção, estamos em busca de significados, uma vez que a narrativa jornalística é, em si, um exercício interpretativo. Desta forma, concordo com Patrick Champagne, que diz que o jornalista, ao elaborar uma reportagem, está participando ativamente do processo de “fabricação do acontecimento”²⁴, e que este processo de construção é mediado pelos interesses próprios do seu local de produção: o campo jornalístico. Consequentemente, pretendo discutir de modo preliminar algumas características do campo jornalístico e apresentar a via de acesso que escolhi para acessá-lo e interpretá-lo.

A fim de abordar o conjunto de elementos que conformam o “campo jornalístico”, irei me basear, principalmente, em dois textos que trabalham o tema. Um é o de Pierre

²¹ DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo, Companhia das Letras, 2005, p. 40

²² *idem*, p. 41.

²³ DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington...*, p. 41.

²⁴ CHAMPAGNE, Patrick. *La visión mediática*. IN: BOURDIEU, Pierre. *La miseria del mundo*. Madrid, AKAL, 1999, p. 52.

Bourdieu, intitulado “A influência do jornalismo”²⁵ e publicado no polêmico e esclarecedor ensaio “Sobre a televisão”; o outro é de Robert Darnton, denominado “Jornalismo: toda notícia que couber a gente publica”²⁶, em que o historiador norte-americano utiliza sua vivência como repórter do *The New York Times* para discutir a sociologia dos meios de comunicação de massa.

Darnton diz que os cientistas sociais que analisam o jornalismo parecem em geral viver “num mundo fora do alcance do comum dos mortais, um mundo ordenado por modelos perfeitos de comportamento, povoado por tipos ideais (...)”²⁷, e afirma ainda que tal mundo não se encaixa no “amontoado heterogêneo da história”²⁸. Então, a partir de sua própria experiência de vida, Darnton questiona a tese exposta nas tradicionais teorias da comunicação de que o jornalista escreveria com um leitor médio em mente. Ele, antes de qualquer coisa, redigiria sua matéria pensando em seus pares: “escrevíamos uns para os outros”, diz o historiador, “nosso principal grupo de referência, como se poderia dizer na teoria da comunicação, encontrava-se espalhado em torno de nós na sala de redação”²⁹.

No ambiente da redação, o repórter iria se deparar com uma hierarquia que daria o tom final de suas matérias, uma vez que ali se formariam redes de sociabilidade baseadas na própria estrutura formada por editores, preparadores de textos e repórteres, tendo cada grupo relações de solidariedade entre si. Sendo assim, para Darnton, cada subgrupo formaria uma ideia a respeito de si e, por isso mesmo, escreveria as matérias pensando, em primeiro lugar, nos seus pares como leitores³⁰.

Pelo exposto, portanto, pode-se depreender que o produto final, ou seja, a publicação das matérias no jornal impresso, também funciona como um jogo de recompensas no interior da redação e é marcada fortemente por esse jogo no interior do campo. Além disso, a posição das matérias no impresso gera modificações de status na corporação, fazendo com que os repórteres fiquem “satisfeitos que suas matérias (...) saiam num bom lugar do jornal, isto é, perto do começo do caderno e na metade superior da página ”.³¹

Esse jogo entre pares no interior da redação seria o formador da “lógica específica”

²⁵ BOURDIEU, Pierre. *A influência do jornalismo*. IN: *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro, Zahar, 1996, p. 99-120.

²⁶ DARNTON, Robert. *Jornalismo: toda notícia que couber a gente publica*. IN: *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo, Companhia de Bolso, 2010.

²⁷ *Idem*, p. 74.

²⁸ *Idem*, p. 74.

²⁹ *Ibidem*, p. 78.

³⁰ *Ibidem*, p. 95.

³¹ *Ibidem*, p. 78.

do campo jornalístico de que fala Bourdieu:

Como o campo literário ou o campo artístico, o campo jornalístico é então o lugar de uma lógica específica, propriamente cultural que se impõe aos jornalistas através das restrições e dos controles cruzados que eles impõem uns aos outros e cujo respeito (...) funda as reputações de honorabilidade profissional.³²

Dentre os valores fundadores da “honorabilidade profissional” do jornalista, segundo Bourdieu, destaca-se a correta e devida citação de suas fontes. Sobre essa relação do jornalista com suas fontes, Darnton irá apontar alguns questionamentos complementares à assertiva de Bourdieu. Os jornais teriam, segundo ele, uma tendência à especialização e os jornalistas acabariam escrevendo para “públicos específicos”³³. A partir do foco em um único tema, esses profissionais criariam vínculos cada vez maiores com as personagens que são fontes de suas matérias. Dessa forma, além de escrever para seus pares, o jornalista passaria a ter um leitor externo, de carne e osso, que é, também, o seu objeto:

Quando Tom Wicker cobria a Casa Branca de Kennedy, ele sabia que o presidente lia atentamente suas matérias, e não só: também sabia exatamente onde e como Kennedy as lia. (...) Para um repórter encarregado de uma área, “a manhã seguinte” começa a existir psicologicamente no começo da tarde anterior, ao entregar um resumo da matéria que vai redigir, pois ele sabe que no dia seguinte terá de encarar suas fontes de informação e, se não as respeitar nesta reportagem, elas poderão prejudicar sua tentativa de cobrir matérias futuras.³⁴

Darnton ainda vai adiante relatando os perigos da relação entre repórter e fonte, principalmente em uma área sensível como é a política, ao apontar que relações como as expostas acima podem trazer no seu bojo o risco de os repórteres “virarem prisioneiros de seus informantes e escorregarem para a autocensura”³⁵, tornando-se, desse modo, a fonte, tanto quanto seus pares, partes significativas do “público” do repórter.

Robert Darnton ainda sugere que as matérias jornalísticas “precisam caber em concepções culturais prévias relacionadas com a notícia”³⁶. Então, aquilo que é selecionado como sendo digno de ser matéria jornalística está inscrito, muitas vezes, numa tradição cultural arraigada e a forma de contar como as coisas se deram também. É desta maneira que, segundo ele, “o contexto do trabalho modela o conteúdo da notícia e as matérias herdaram técnicas antigas de contar histórias”³⁷.

Parece-me que Darnton é profundamente esclarecedor ao abordar a dinâmica

³² BOURDIEU, Pierre. *Op. Cit.*, 1997 p. 103-104.

³³ DARNTON, Robert. *Op. Cit.*, 2010, p. 90.

³⁴ *Idem*, p. 90-91

³⁵ *Ibidem*, p. 91

³⁶ *Ibidem*, p. 108

³⁷ *Ibidem*, p. 109.

interna das redações e a forma como essa, para voltarmos à feliz expressão de Champagne, contribui para a “fabricação dos acontecimentos”. No entanto, há, também, determinantes externos para além da estrutura das redações que influenciam no produto final do trabalho do jornalista. Nesse sentido, creio que as pressões “comerciais” são relevantes para elucidar como e por que meios uma notícia vira notícia.

A fim de aprofundar a discussão sobre esta vocação “comercial” do jornalismo, recorro novamente a Bourdieu. Para o sociólogo francês, “o campo jornalístico está permanentemente sujeito à prova dos vereditos do mercado, através da sanção, direta, da clientela ou, indireta, do índice de audiência”³⁸. Desta forma, a estrutura do campo favorecerá “os agentes dotados de disposições profissionais que tendem a colocar toda a prática jornalística sob o signo da velocidade (ou da precipitação) e da renovação permanente”³⁹. Daí também a obsessão dos jornalistas pelo “furo”⁴⁰.

Esta lógica de mercado gera uma concorrência feroz e uma vigilância permanente entre os membros do campo. Entretanto, de acordo com Bourdieu, tal concorrência não seria produtora de autonomia; em vez disso, geraria uma maior uniformidade:

É assim que, nesse domínio como em outros, a concorrência, longe de ser automaticamente geradora de originalidade e de diversidade, tende muitas vezes a favorecer a uniformidade da oferta, da qual podemos facilmente nos convencer comparando os conteúdos dos grandes semanários ou das emissoras de rádio e televisão. (...) esse mecanismo poderoso, tem também por efeito impor ao conjunto do campo as “escolhas” dos instrumentos de difusão mais direta e completamente sujeitos aos vereditos do mercado.⁴¹

Desta forma, o campo jornalístico, tanto o analisado por Bourdieu, que é o jornalismo francês da década de 1980, como o campo brasileiro do mesmo período que estudo, estaria marcado por esse elemento externo: o financiamento de sua ação pelo mercado, seja por meio de subscrições, da compra direta ou da publicidade no interior dos impressos ou/e nos intervalos das grades de rádio e TV. Sendo assim, conjugar a dinâmica interna do campo com as pressões que ele recebe de outros campos e do mercado é fundamental para o historiador que se dispõe a investigá-lo.

Portanto, considero plenamente possível utilizar as observações de Darnton e Bourdieu para analisar o jornalismo brasileiro do começo dos 1980, pois, apesar das peculiaridades que eram impostas por um regime autoritário – mas em um contexto em que esse já não exercia a censura prévia e a imprensa operava em relativa liberdade –, o

³⁸ BOURDIEU, Pierre. *Op. Cit.*, 1997, p. 106.

³⁹ *Idem* p. 107.

⁴⁰ Bourdieu diz que “na lógica específica de um campo orientado para a produção deste bem altamente perecível que são as *notícias*, a concorrência pela clientela tende a tomar a forma de uma concorrência pela prioridade, isto é, pelas notícias mais novas (o *furo*)”. *Ibidem*, p. 107

⁴¹ *Ibidem*, p. 108.

campo jornalístico no país já era bastante complexo e visivelmente operava orientado pelos elementos expostos acima como pretendo demonstrar a seguir.

Com relação ao método, o francês Jean-Noël Jeanneney sugere que o historiador, ao pesquisar a imprensa, deve, em primeiro lugar, buscar “o dinheiro mais ou menos oculto que (...) a irriga”⁴². Em um segundo momento, Jeanneney defende que o pesquisador procure “uma visão mais *fisiológica* das coisas”⁴³, ou seja, sugere que analisemos como a estrutura institucional do campo influencia a produção da imprensa. Seguirei, em alguma medida, a sugestão do autor, pois, ao longo da pesquisa, tentei dar conta tanto dos elementos internos ao campo, como também dos elementos externos que lhe influenciam largamente.

A fim de empreender uma boa investigação *por meio dos e dos* periódicos, Tânia de Luca fornece um “manual de ação” para quem se aventura na história da imprensa. Dentre seus apontamentos a historiadora sugere: “localizar a publicação na história da imprensa”; “atentar para as características de ordem material (periodicidade, impressão)”; “assenhorar-se da forma de organização interna do conteúdo”; “caracterizar o material iconográfico presente, atentando para as opções estéticas e funções cumpridas por ele na publicação”; “caracterizar o grupo responsável pela publicação”; “identificar os principais colaboradores”; “identificar o público a que se destinava”; “identificar as fontes de receita”; e “analisar todo o material de acordo com a problemática escolhida”⁴⁴.

As sugestões de Jeanneney e Tânia de Luca servem de orientação para o método que, em última instância, utilizo na construção da pesquisa: o da “descrição densa”⁴⁵, por meio do qual busco interpretar e encontrar os significados que estavam inscritos na cobertura de *Veja* durante a campanha pelas diretas; porém, procuro interpretá-los não apenas na lógica interna dos textos jornalísticos, mas também na sua relação simbiótica com um contexto histórico determinado⁴⁶.

Portanto, é a partir do posicionamento teórico e metodológico desenvolvido que pretendo analisar a cobertura realizada por *Veja* da campanha “Diretas Já!”. Irei, no

⁴² JEANNENEY, Jean-Noël. *A mídia*. IN: REMOND, Rene. *Por uma história política*. Rio de Janeiro, FGV, p. 219.

⁴³ *Idem*, p. 220

⁴⁴ LUCA, Tânia Regina. *A história dos, nos e por meio dos periódicos...* p. 142 (para todas as citações do parágrafo).

⁴⁵ Ver: GEERTZ, Clifford. *Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura*. IN: GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, LTC, 1989, pp. 3-25.

⁴⁶ Contexto entendido não como um “pano de fundo” homogêneo, imóvel e imutável, mas como um quadro histórico plural e em constante transformação. Neste sentido, Marshall Sahlins diz que “a ordem cultural se reproduz na mudança”, ou seja, a ação histórica imprime reinterpretções e novas significações para os acontecimentos. Ver: SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 1990. p. 10.

primeiro capítulo, “Uma Finlândia de leitores”, apresentar um perfil da revista *Veja* e situá-la no campo jornalístico e no contexto do período em tela; no segundo capítulo, “Um triunfo perigoso”, discutirei como a campanha pelas “Diretas Já!” perpassou os editoriais do periódico, buscando, assim, oferecer uma noção mais clara do posicionamento de *Veja*; no terceiro capítulo, intitulado “A sucessão é uma briga de foice no escuro”, abordo a cobertura do movimento pelo retorno do voto direto para Presidente entre os meses de dezembro 1983 e janeiro 1984; e, no quarto capítulo, “A praça pede o voto”, discuto a cobertura nos derradeiros meses de fevereiro, março e abril de 1984.

É o que segue.

2. “Uma Finlândia de leitores”: um perfil da revista *Veja*.

“Será que nunca faremos
 Senão confirmar
 A incompetência
 Da América católica
 Que sempre precisará
 De ridículos tiranos
 Será, será, que será?
 Que será, que será?”

Trecho de *Podres Poderes* (1984)
 de *Caetano Veloso*

Se sabemos que as notícias não relatam “a realidade”; se sabemos também que essas são uma narrativa sobre o acontecido, marcada fortemente pela forma como está disposto o campo jornalístico e pela maneira como o veículo de imprensa que produz a notícia se situa nele, é fundamental que o historiador, ao iniciar sua incursão por este campo, comece por analisar o próprio campo. Minha preocupação inicial, por conseguinte, será a de dissecar a estrutura de nosso objeto de pesquisa. Irei, nas páginas seguintes, mostrar como *Veja* estava situada no campo jornalístico brasileiro. Para ficar com a feliz expressão de Jeanneney, busco aqui analisar a “fisiologia” da revista.

A revista *Veja* é um produto da editora Abril⁴⁷. Victor Civita, o fundador da empresa, iniciou sua trajetória de sucesso nos negócios com o lançamento da “revistinha” em quadrinhos *Pato Donald* no Brasil em 1952. A partir do sucesso de vendas das aventuras de *Donald*, ele deu início à formação da editora que passaria a dominar o mercado de revistas no país⁴⁸. Instalada em São Paulo, “onde estava o dinheiro”, segundo Civita, a Abril mudou o eixo da produção de periódicos no Brasil, antes centrado no Rio de Janeiro. A empresa dos Civita, no início da década de 1960, já atingiria a liderança no setor nacional de edição de revistas⁴⁹.

Veja foi, talvez, o mais arriscado projeto da Abril, pois surgiu em um momento em que as revistas com periodicidade mensal dominavam o mercado. O projeto que daria origem a *Veja* custou quase dez anos de trabalho a Roberto Civita, filho de Victor e idealizador da revista. Roberto, que havia estudado nos Estados Unidos, trouxe para o Brasil a ideia das *newsweeklies*, ou seja, semanários de informação⁵⁰. A fim de realizar o projeto idealizado por Roberto, Victor viajou até a Itália, em 1959, com o objetivo de

⁴⁷ Me apóio aqui principalmente em, LUCA & MARTINS.. *Op. Cit.*, 2008. pp. 207-233 e em AUGUSTI, Alexandre Rossatto. *Jornalismo e comportamento: os valores presentes no discurso da revista Veja*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação), FABICO, UFRGS, 2005, pp. 71 – 97.

⁴⁸ LUCA & MARTINS. *Op. Cit.*, 2004, p. 207.

⁴⁹ *Idem.* p. 208.

⁵⁰ AUGUSTI, Alexandre Rossatto. *Op. Cit.*, 2005, p. 71.

contratar o jornalista Mino Carta – um *expert* em revistas – e fazê-lo retornar ao Brasil para dirigir a revista *Quatro Rodas* e, também, organizar o projeto que viria a se tornar *Veja*⁵¹.

Segundo Civita, o “cenário político instável” do início dos anos 1960 e a própria estrutura da editora Abril – que ainda não possuía, no final da década de 1950, capacidade de empreender publicações com larga tiragem – fez com que *Veja* fosse lançada somente em 1968. Mino Carta e Roberto Civita viajaram até os Estados Unidos e Itália para conhecerem as redações das semanais de maior sucesso naqueles países: a *Time* e a *Newsweek* norte-americanas; e a *Oggi* italiana. A editora Abril já havia adquirido *know how* na área do jornalismo de informação com a revista mensal *Realidade*, a qual era um sucesso de vendagem⁵². O formato de *Time* e *Newsweek* venceria a proposta jornalística da *Oggi*, que na época seguia a linha das semanais ilustradas como a brasileira *Manchete*.

Em 1968, a editora Abril realizou a maior campanha publicitária empreendida até então para o lançamento de uma revista no Brasil. Foram mais de 1 milhão de dólares gastos na divulgação de *Veja*. O resultado foi uma tiragem de 700 mil exemplares no primeiro número; contudo, a vendagem não se sustentou e progressivamente caiu até patamares abaixo dos 100 mil exemplares no começo da década de 1970⁵³. Segundo Mino Carta, a campanha de lançamento de *Veja* seria capaz de fazer “vender até 700 mil rolos de papel higiênico”⁵⁴.

Entretanto, parece que os leitores ficaram desapontados com uma revista recheada de textos e com a pouca cor das edições, apesar do nome sugerir exatamente o contrário. *Veja* entrou no mercado com escassas imagens e com um formato compacto – diferente da consagrada *Manchete* que possuía um tamanho grande e era permeada por cores e imagens na sua diagramação⁵⁵. *Manchete* era a semanal ilustrada de maior sucesso do país; entretanto, tal formato estava entrando em decadência com a massificação da

⁵¹ *Idem*, p. 71.

⁵² No começo década de 1960, a editora Abril possuía sete títulos: *Capricho*, *Você*, *Ilusão* e *Noturno* na área de fotonovelas; *Pato Donald* no segmento infantil; *Quatro Rodas* que surge com a indústria automobilística e a expansão rodoviária do governo JK; e a revista *Realidade* que foi o primeiro grande projeto da editora Abril para a discussão de assuntos como política, sexo, família. O referido periódico era um imenso sucesso e foi retirado de circulação em 1976 ainda com grande tiragem – fato que ainda gera discussão e nunca foi bem explicado pela editora Abril. Desta forma, *Realidade* tornou-se o primeiro experimento na área jornalística da informação feito pela Abril e que depois seria a marca da semanal *Veja*.

⁵³ LUCA & MARTINS. *Op. Cit.*, 2008, p. 218.

⁵⁴ VILLALTA, Daniela. *O surgimento de Veja no contexto da modernização brasileira*. IN: INTERCOM: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05 de setembro de 2002. disponível em: <http://en.scientificcommons.org/14922485> acessado em 7 de novembro de 2010.

⁵⁵ LUCA & MARTINS. *Op. Cit.*, 2008, p. 218.

televisão. *Veja* tinha um caráter interpretativo: a revista se interessava por tudo e emitia sua opinião nas reportagens, mas os leitores ainda não estavam acostumados com tal proposta jornalística. Não foi apenas o público que não recebeu bem a novidade. *Veja* foi, também, um fracasso de crítica. O jornal carioca *Tribuna da Imprensa* publicou essa opinião sobre a entrada de *Veja* no campo jornalístico nacional:

É impressionante como se pode pegar um original excelente (o *Time* tem uma 'linha' e uma 'orientação' que condenamos, mas do ponto de vista jornalístico é admirável) e copiá-lo jogando fora todas as suas qualidades. *Veja* é a negação do jornalismo, não tem nada que se salve, por maior que seja a boa vontade do leitor⁵⁶.

Levaria alguns anos e uma mudança na estratégia de vendas da revista para que o semanário de informação da Abril se tornasse o carro-chefe da editora. *Veja* começou a se tornar rentável com a produção de fascículos – foi um imenso sucesso a coleção sobre a chegada do homem à lua em 1969 – e com a venda sob assinatura. Antes de *Veja* adotar o modelo não havia a tradição da subscrição de revistas por parte do leitor brasileiro. Em 1974, o periódico estabilizaria sua vendagem em torno dos 300 mil exemplares por semana – desses, cerca de 240 mil por assinatura – e garantiria sua sobrevivência e, até mesmo, expansão⁵⁷.

Veja nasceu, portanto, com a pretensão de unificar o Brasil pela informação jornalística e de ser uma “porta-voz” da modernidade. No seu primeiro editorial, assinado por Victor Civita, tais objetivos ficam bem claros:

O Brasil não pode ser o velho arquipélago separado pela distância, o espaço geográfico, a ignorância, os preconceitos e os regionalismos: precisa de informação rápida e objetiva a fim de escolher novos rumos. Precisa saber o que está acontecendo nas fronteiras da ciência, da tecnologia e da arte no mundo inteiro. Precisa acompanhar o extraordinário desenvolvimento dos negócios da educação, do esporte, da religião. Precisa, enfim, estar bem informado. E este é o objetivo de *Veja*⁵⁸.

A fim de dar conta desta nova proposta, a editora Abril montou um curso de jornalismo. As qualificações que *Veja* buscava nos seus profissionais eram: o indivíduo achar que tinha talento para escrever e ele possuir um diploma universitário – qualquer um⁵⁹. Chegaram mais de 1.800 cartas do Brasil inteiro na editora de jovens interessados no curso. Como resposta, receberam um questionário detalhado e, caso fossem considerados aptos, eram convidados para uma entrevista realizada em oito capitais brasileiras. Aqueles selecionados vieram para São Paulo, com passagens e despesas custeadas pela editora, para um curso intensivo de jornalismo com duração de 90 dias⁶⁰.

⁵⁶ *Tribuna da Imprensa*, 11/11/1968 apud VILLALTA, Daniela. *Op. Cit.*, 2002.

⁵⁷ AUGUSTI, Alexandre Rossatto. *Op. Cit.*, 2005, p. 71.

⁵⁸ LUCA & MARTINS. *Op. Cit.*, 2008, p. 218-219

⁵⁹ *Idem.*

⁶⁰ *Ibidem.*

A edição número 1 da revista seria o produto de 50 destes jovens jornalistas. Desta forma, a revista *Veja* é fruto de um investimento tão pesado para seu lançamento que, possivelmente, justificou a insistência na manutenção da revista por parte da editora, mesmo que deficitária em seus primeiros anos.

A semanal da Abril encontrou ainda alguns percalços com a censura. Tendo surgido alguns meses antes da imposição do AI-5, que instituía a censura prévia e a figura do censor nas redações, *Veja* teria de fazer jornalismo num período complicado. Logo após a promulgação do Ato Institucional, a revista seria apreendida nas bancas: a capa, de 18 de dezembro de 1968, estampava, sem qualquer legenda, uma foto do presidente Costa e Silva sozinho no Congresso⁶¹ e os militares a consideraram ofensiva. Outras duas capas complicaram *Veja* com a censura: uma de 3 de dezembro de 1969 intitulada “o presidente não admite torturas”⁶², em que a revista dizia que o recém “eleito” Médici não concordava com os métodos utilizados pela polícia na busca de confissões; e outra de 10 de dezembro de 1969 denominada “Torturas”⁶³, em que a revista fazia uma cobertura dos métodos de tortura adotados nas delegacias do país e entrevistava delegados “adeptos” do “pau”. As duas capas acabaram pautando a cobertura dos demais veículos de imprensa e o governo acabou ordenando que “cessassem” as especulações sobre o fim da prática da tortura⁶⁴.

Todavia, tais capas acabaram consolidando a centralidade que a revista dava à cobertura política, o que prossegue até os dias de hoje. Mino Carta seria o editor-chefe até 1976⁶⁵, quando foi demitido. Naquele momento *Veja* já era a revista mais lida e vendida do país. Carta fundaria no mesmo ano a revista *Isto É* que se tornou a maior concorrente de *Veja* até os dias atuais, embora nunca tenha conseguido atingir a tiragem gigantesca da revista da Abril.

O time de editores que seria responsável por *Veja* durante a cobertura da campanha pelo retorno das eleições diretas para presidente da República foi formado em 1979. O editor-chefe seria José Roberto Guzzo, que assumiu em 1976, no lugar de Carta. Elio Gaspari ficaria como editor-adjunto, assumindo em 1979. Gaspari já havia trabalhado na *Veja* em 1970, quando foi editor da seção Brasil, que corresponde à área política. A dupla Guzzo e Gaspari foi a responsável pelo crescimento vertiginoso da revista que

⁶¹ Ver anexo 1.

⁶² Ver anexo 2.

⁶³ Ver anexo 3.

⁶⁴ AUGUSTI, Alexandre Rossatto. *Op. Cit.*, 2005, p. 75.

⁶⁵ Segundo Villalta, Mino Carta teria sido demitido de *Veja* por pressão dos militares. Civita estava querendo entrar no ramo hoteleiro e precisava de autorização governamental para tanto. Não podendo interferir em *Veja* devido a uma cláusula no contrato com Mino, Civita optou por dispensar o editor-chefe. Ver: VILLALTA, Daniela. *Op. Cit.*, 2002.

atingiria uma média de 800 mil exemplares impressos durante os anos 1980. José Roberto Guzzo tomava conta da editoria de “economia e negócios” e Gaspari da área política⁶⁶.

Guzzo e Gaspari fizeram uma transformação total na revista. Em 1979, *Veja* passou por uma reforma completa em seu parque gráfico e o colorido tomou conta de suas páginas. Gaspari modificaria mais de 80% da redação. Até mesmo Millor Fernandes seria demitido em 1983, porque apoiou abertamente a candidatura de Leonel Brizola ao governo do estado do Rio de Janeiro no ano anterior. Com a dupla de editores que comandaria a revista nos anos 1980, *Veja* passou a adotar as pesquisas de opinião como método para auxiliar na definição da pauta do que seria ou não notícia. Em suma, a revista passou a tomar um caráter mais comercial em relação ao que possuía na época de Mino Carta⁶⁷.

A partir destas mudanças implementadas, no início de 1984, *Veja* comemorava o fato de possuir uma “Finlândia de leitores” no Brasil. A revista atingia a 4 milhões e 800 mil pessoas. Denominava seus leitores de pessoas “bem informadas e influentes”, as quais corresponderiam aos “melhores consumidores do país” e, por isso, *Veja* seria “tão procurada pelos anunciantes”. Como estratégia de *marketing*, a revista sugeria: “tome-se como exemplo quando pensar no leitor de *Veja*”⁶⁸. Sendo assim, o periódico, naquele momento, tinha claro o público que buscava atingir com suas informações: a classe média.

Se *Veja* tinha o público da classe média brasileira como foco, tudo o que pudesse “tentar” esse consumidor “bem informado e influente” estava exposto em suas páginas de anúncios publicitários. A semanal da Abril tornou-se um sucesso e passou a contar com um considerável número de anunciantes: no início de 1984, cerca de um terço do espaço da revista era reservado a propagandas⁶⁹. Anúncios os mais variados surgiam das páginas de *Veja*: desde os governos estaduais fazendo proselitismo de suas realizações, em enormes “a pedidos”; passando pelos comerciais das outras revistas da editora; até propagandas das companhias aéreas, de indústrias alimentícias, de bancos, dos novos computadores pessoais, etc. Com uma marca: a revista contava com pouquíssimos anúncios publicitários do governo federal e das empresas estatais⁷⁰.

⁶⁶ AUGUSTI, Alexandre Rossatto. *Op. Cit.*, 2005, p. 78.

⁶⁷ *Idem.* p. 78.

⁶⁸ *Veja*. Edição 809 de 7 de março de 1984, p. 74.

⁶⁹ Contagem realizada pelo autor.

⁷⁰ Pierre Bourdieu diz que o grau de independência de um órgão de imprensa pode ser aferido pela quantidade de subvenção estatal que recebe ou pela concentração de anunciantes. BOURDIEU, Pierre. *Op. Cit.*, 1997. p. 106.

Então, se *Veja* abarcava esta gama toda de anunciantes e não tinha necessidade do aporte financeiro direto do Estado para se custear, entende-se, conseqüentemente, que o perfil ideológico⁷¹ da revista assumia uma posição de destaque na conformação de sua produção jornalística. Como já vimos acima, *Veja* surgiu com o objetivo de trazer “a modernidade” aos brasileiros. No entanto, o modelo social e político que a revista avaliava positivamente era o modelo norte-americano⁷². O fundador da revista, inclusive, foi crítico da primeira capa do periódico que trazia o martelo e a foice, símbolos do comunismo, estampados na capa⁷³; “poderiam pensar que éramos simpatizantes dos comunistas”, disse ele⁷⁴. Civita era simpatizante dos preceitos econômicos e políticos do liberalismo⁷⁵, tendo inclusive participado do organização do “Movimento Nacional pela Livre-Iniciativa” durante o período em estudo, movimento esse que tinha o objetivo de divulgar os preceitos liberais em política e economia no Brasil. As páginas de *Veja*, durante o período em tela, traziam inúmeros anúncios publicitários divulgando este ideário como solução para os problemas nacionais⁷⁶. Portanto, tal posicionamento ideológico da revista oferecia uma leitura para os acontecimentos que certamente perpassava a forma como ela abordava os temas políticos e econômicos.

A partir desta exposição sobre o perfil editorial e político-ideológico da revista *Veja*, podemos avançar para a análise da cobertura jornalística por ela realizada da campanha

⁷¹ Não quero, com essa expressão, conferir um viés pejorativo ou condenatório ao termo ideologia; ao contrário, considero ideologia como uma leitura simbólica da ação política. Em larga medida, concordo com Geertz que afirma: “as ideologias [são uma tentativa de] dar sentido a situações sociais de outra forma incompreensíveis, de construí-las de tal forma a tornar possíveis a atuação propositada dentro delas, que dá conta tanto da natureza altamente figurativa das ideologias como da intensidade com que são mantidas, uma vez aceitas. Da mesma maneira como a metáfora amplia a linguagem alargando seu alcance semântico, permitindo-lhe expressar significados que não pode, ou ainda não pode, expressar literalmente, o golpe de significados literais na ideologia – a ironia, a hipérbole, a muito apelada antítese – fornece novos quadros simbólicos contra os quais se pode combinar uma miríade de coisas “não-familiares” que são produzidas por uma transformação na vida política, como uma viagem a um país estranho. O que quer que as ideologias sejam além disso – projeções de medos não-reconhecidos, disfarces de motivos ulteriores, expressões fictícias da solidariedade de grupo – elas são, bem distintamente, mapas de uma realidade social problemática e matrizes para a criação da consciência coletiva”. GEERTZ, Clifford. *A ideologia como sistema cultural*. IN: GEERTZ, Clifford. *Op. Cit.*, 1989, p. 125-126.

⁷² Ver: VILLALTA, Daniela. *Op. Cit.*, 2002.

⁷³ Ver anexo 4.

⁷⁴ *Idem*.

⁷⁵ No editorial de *Veja* do dia 4 de janeiro de 1984, Victor Civita indica como proposta para saída da crise o país abandonar o “estatismo” e dar impulso à “livre-iniciativa”. Portanto, este aspecto ideológico estava muito presente no momento em que eclodiram as diretas. *Veja*. Edição 800 de 4 de janeiro de 1984, p. 21.

⁷⁶ O “Movimento Nacional pela Livre-Iniciativa” surgiu em 1978 e foi uma organização fundada por publicitários e encampada por cerca de uma centena de veículos de comunicação. A editora Abril e especialmente a revista *Veja* tiveram importante papel na divulgação da ideologia do movimento. Ver: CÔRREA, Roberto (org). *Movimento Nacional pela Livre-Iniciativa*. São Paulo, Bossa Nova, 2008.

pelas “Diretas Já”. É o que apresento nos próximos capítulos.

**“Um triunfo perigoso”:
as diretas nos editoriais de *Veja***

“Quero falar de uma coisa
Adivinha onde ela anda
Deve estar dentro do peito
Ou caminha pelo ar
Pode estar aqui do lado

Bem mais perto que pensamos...”

Trecho de *Coração de Estudante*
(1984)
de Milton Nascimento e Wagner
Tiso

O dicionário Houaiss define “editorial” como um “artigo em que se discute uma questão, apresentando o ponto de vista do jornal, da empresa jornalística ou do editor-chefe”⁷⁷. Então, um editorial é a forma como determinado meio de comunicação, especialmente os impressos, se posiciona acerca dos temas e situações “cobertos” nas suas páginas. É justamente a posição manifesta de *Veja* com relação à campanha pelo retorno do voto direto para Presidente que pretendo discutir. Interessa-me, portanto, neste capítulo, os vinte e um editoriais que abarcam o período que vai de 7 de dezembro de 1983 a 25 de abril de 1984.

No período em tela, *Veja* reservava pouco menos de meia página de cada edição para expor suas opiniões sobre as questões que eram objeto de sua cobertura jornalística⁷⁸. Portanto, um espaço relativamente curto, com a possibilidade de comportar um texto pequeno, em geral com apenas dois parágrafos. Os editoriais de *Veja* aparentemente não seguiam um padrão definido com relação à temática. Ora eram mera apresentação dos destaques de capa, ora discutiam algum tema político relevante⁷⁹. No entanto, no período que analiso, é recorrente a discussão de temas da área política⁸⁰.

Pude observar que, nesta transição entre 1983 e 1984, os editoriais de *Veja* passaram por uma mudança significativa. Desde a fundação da revista, tal seção era subscrita pelo autor. Nos primeiros números, Victor Civita assinava; depois, as iniciais “M.C.” indicavam a autoria de Mino Carta, o primeiro editor-chefe. José Roberto Guzzo assumiu o lugar de Carta, mas não mudou a tradição: até o final de 1983, as iniciais “J.R.G.” indicavam que o editorial era expressão da opinião do editor-chefe de *Veja*. A partir de 1984, a opinião passou a ser impessoal, em consonância com a forma adotada pela maioria dos jornais brasileiros na elaboração de seus editoriais, tais como *Folha de São Paulo*, *O Globo* ou *Zero Hora*, por exemplo⁸¹.

⁷⁷ *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2009, p. 722.

⁷⁸ [Ver anexo 5.](#)

⁷⁹ Creio que seria necessária uma pesquisa de maior fôlego focando o conjunto dos editoriais da revista, ou, ao menos, a análise de uma série mais longa daquela que aqui examino para aferir sobre algum padrão mais recorrente nos editoriais de *Veja*. Porém, não pude realizar esse empreendimento em função do prazo destinado à conclusão do TCC.

⁸⁰ Talvez a centralidade que *Veja* ofereça à cobertura política pautada a predominância dos temas políticos em seus editoriais. Ver: VILLALTA, Daniela. *Op. Cit.*, 2002.

⁸¹ Suponho que os editoriais subscritos pelo editor-chefe sejam uma prática de Mino Carta – que até hoje assina semanalmente os editoriais da revista *Carta Capital*. Já as demais semanais,

Portanto, transitou-se, ao longo desses vinte e um editoriais em análise, da manifesta opinião de José Roberto Guzzo para uma posição impessoal de *Veja*⁸². A mensagem de comemoração pela entrada do ano de 1984, tema do editorial de 4 de janeiro, foi o último subscrito, redatado por Victor Civita. Ao longo deste período, *Veja* destinou em dez editoriais espaço para o debate da campanha pelas diretas.

Os editoriais que abordam as “Diretas Já!”

7 de dezembro de 1983

O general Figueiredo, então presidente da República, havia declarado na semana anterior, durante viagem pelo continente africano, que era favorável à eleição direta de seu sucessor. O editorial assinado por Guzzo comenta a declaração de Figueiredo e faz uma forte crítica aos setores “profundos” que estariam operando de modo a impedir o restabelecimento do voto direto para a eleição do presidente. Tais setores seriam contrários à eleição direta, pois pretendiam se “perpetuar no poder”, e englobariam os “políticos ineptos” responsáveis pelo fracasso do governo Figueiredo, o qual teria sido “o pior governo que o Brasil já teve”⁸³.

4 de janeiro de 1984

O editorial, assinado por Victor Civita, comemora a chegada do novo ano. Diz que “o problema não [é] se elegeremos o presidente por meio direto ou indireto”, mas sim o programa a ser implementado pelo novo mandatário da nação. A urgência estaria na “superação da crise econômica”, na ampliação dos investimentos em saúde e educação e no “fomento à livre iniciativa”⁸⁴.

18 de janeiro de 1984

É o primeiro editorial inteiramente dedicado à campanha “Diretas Já!”. Comenta o sucesso do comício realizado na “Boca Maldita” em Curitiba na semana anterior, que havia levado milhares de pessoas às ruas. *Veja* diria que a eleição direta “é o melhor meio

como *Isto É* e *Época*, não adotam o mesmo padrão.

⁸² Pelo estilo dos editoriais, provavelmente Guzzo seguiu sendo o autor. No entanto, não obtive dados que pudessem certificar essa impressão.

⁸³ *Veja*. Edição 796 de 7 de dezembro de 1983, p. 35.

⁸⁴ *Veja*. Edição 800 de 4 de janeiro de 1984, p. 21

para eleger o presidente”. Para a revista, o problema não seria o sistema indireto, mas sua manipulação que “favorece o partido do governo”. O apoio que oferecia às diretas seria fruto do seguinte entendimento: o próximo presidente precisaria de forte respaldo popular para solucionar a crise. Nas palavras de *Veja*: “a direta não tem por objetivo resolver a crise, e sim fazer a sucessão presidencial pelo caminho eleitoralmente mais correto”⁸⁵.

25 de janeiro de 1984

O editorial comenta o lançamento da candidatura de Paulo Maluf (PDS) à presidência. O comentário sobre a campanha instiga os candidatos a candidato do PDS a darem apoio às diretas. *Veja* vaticinava: “Maluf e os demais candidatos só têm um jeito de mostrar que as resistências aos seus nomes são minoritárias, ou que aquilo que querem para o país tem mais ou menos aprovação popular – submeter-se ao julgamento eleitoral numa eleição direta”⁸⁶.

1º de fevereiro de 1984

Esta edição concederia a primeira capa à campanha pela aprovação da Emenda Dante de Oliveira. O editorial comenta o comício “pacífico” ocorrido na Praça da Sé em São Paulo dias antes. Para a revista, “milhares de pessoas foram às ruas demonstrando que a maioria da população quer as diretas”. Critica o governo, principalmente o então ministro da justiça Ibrahim Abi-Ackel, que afirmava que as pessoas tinham ido às ruas para “assistir aos shows” e “ver os artistas”. De acordo com *Veja*, a posição do governo estaria distanciando-o da “vida real”. O periódico enviava um recado aos congressistas: “resta saber se os deputados e senadores estão dispostos ou não a subordinar sua decisão ao manifesto desejo daqueles que os elegeram”⁸⁷.

7 de março de 1984

O editorial é um comentário sobre o pronunciamento do general Figueiredo realizado no retorno aos trabalhos do Congresso Nacional. A revista critica o presidente por não haver se posicionado sobre a campanha pelo retorno do voto direto para a

⁸⁵ *Veja*. Edição 802 de 18 de janeiro de 1984, p. 19.

⁸⁶ *Veja*. Edição 803 de 25 de janeiro de 1984, p. 21.

⁸⁷ *Veja*. Edição 804 de 1 de fevereiro de 1984, p. 11.

eleição do líder máximo da nação. Segundo *Veja*, o governo ia por um caminho “perigoso”, cujo resultado poderia ser o “retrocesso” e o aprofundamento do “fosso político que ameaça dividir o país”⁸⁸.

14 de março de 1984

O editorial trata do “aniversário” de um ano dos governos estaduais eleitos de modo direto em 1982. A revista procura demonstrar que o voto direto não implica ruptura: “apesar da impopularidade do governo federal, há governadores do PDS populares e prestigiados. Inversamente, há governadores eleitos pela oposição que se tornaram impopulares em um ano de governo. Em qualquer dos casos, porém, sobressai: por melhor ou pior que tenha sido o desempenho dos novos governadores, a responsabilidade pela escolha permanece com a população que os elegeu”⁸⁹.

28 de março de 1984

O editorial trata das disputas no interior do governo Figueiredo. *Veja* critica o governo e o presidente por terem escolhido, com relação à emenda Dante de Oliveira, a opção pela “manutenção do *status quo*”. Opção essa que, para a revista, poderia acarretar um “retrocesso político”, com a possibilidade de “endurecimento”⁹⁰.

18 de abril de 1984

Comenta a segunda capa que *Veja* destinou às “Diretas Já!”. Segundo a revista, o comício realizado na Candelária, no Rio de Janeiro, havia marcado definitivamente o novo momento de “espetacular movimentação popular”. *Veja* afirmava que as oposições haviam acertado em “bater pé com intransigência pela emenda” e que o “desejo de escolher o presidente seria a maior unanimidade popular da História do Brasil”. Atribuiu o sucesso da campanha ao “fracasso do governo” e alertava: “o governo pode vencer, mas será um triunfo perigoso”⁹¹.

25 de abril de 1984

⁸⁸ *Veja*. Edição 809 de 7 de março de 1984, p. 17.

⁸⁹ *Veja*. Edição 810 de 14 de março de 1984, p. 21.

⁹⁰ *Veja*. Edição 812 de 28 de março de 1984, p. 19.

⁹¹ *Veja*. Edição 815 de 18 de abril de 1984, p. 21.

Comenta a votação da emenda que ocorreria no mesmo 25 de abril. *Veja* diz que os congressistas tinham diante de si uma das “maiores decisões da história”. Contudo, “a decisão é do Congresso, mas a responsabilidade é do governo [...]” que seria o único contrário “ao restabelecimento imediato das eleições diretas”, dizia a revista. O editorial finaliza com um duro ataque ao governo:

A população, nas ruas, diz que quer na cadeia os candidatos que o atual sistema oferece. Quer cortar a cabeça do ministro responsável pela economia. Quer que o Presidente da República vá embora. Em suma, o que existe é uma monumental e exasperada vontade de trocar, já, quem está mandando. É aí, na insistência em continuar mais um pouco, que está a fraqueza fundamental do governo. A proposta conciliatória de realizar eleições diretas em 1988 [...] vem muito tarde, num momento em que a opinião pública não quer mais ouvir falar na continuação de nada que esteja ligado ao governo.⁹²

Ao longo dos editoriais, pode-se perceber, portanto, que *Veja* foi assumindo, de forma progressiva, um posicionamento francamente favorável à campanha pela volta das eleições diretas para presidente. Tal posição parece estar calcada, sobretudo, em uma opinião profundamente crítica acerca da condução que o governo dava à área econômica. Já no editorial de 7 de dezembro, aparece uma forte crítica à gestão Figueiredo: era “o pior governo que o país já teve”. A aversão de *Veja* às políticas de superação da crise propostas por Delfim Neto⁹³ acaba perpassando todos os editoriais, como um fio que une a abordagem da revista relativa à campanha pelas diretas, culminando no dia 25 de novembro, com a afirmação de que a “opinião pública não quer mais ouvir falar na continuação de nada que esteja ligado ao governo”.

É bastante interessante observar também a mudança no tipo de linguagem usada nos editoriais quando tratam de temas políticos. Nos editoriais do período, quando não abordava a conjuntura política e econômica, *Veja* adotava um tom sóbrio, realizando apenas a apresentação do conteúdo da revista. Por exemplo, no dia 29 de fevereiro, quando o editorial tratava da reportagem de capa que abordava o início da exploração petrolífera da Bacia de Campos por parte da Petrobrás, ele tinha o seguinte estilo:

(...) Para relatar este trabalho [da exploração petrolífera], tema da reportagem de capa desta edição, o editor Sílvio Ferraz coordenou um levantamento que se estendeu desde o litoral fluminense até os confins da Amazônia. No Rio de Janeiro, Ferraz esteve nas plataformas de Campos em companhia do repórter Daniel Matos e do fotógrafo Rogério Reis, que em sua tarefa de apuração, passaram algumas noites num “flotel” – como a Petrobrás chama seus alojamentos em alto-mar. Ao mesmo tempo, a bordo de um helicóptero, o editor de fotografia, Orlando Brito, sobrevoava a área em busca da foto de capa. (...)

Pode-se ver no trecho que se trata de uma apresentação do conteúdo em destaque na

⁹² *Veja*. Edição 816 de 25 de abril de 1984, p. 19.

⁹³ Delfim Neto era o Ministro da Fazenda nos anos de 1983 e 1984.

edição, quase como um *making off* da produção da matéria. Ao contrário do que se percebe quando *Veja* debate a política ou a economia, conforme apresentei acima.

Nos editoriais em que aborda a campanha das diretas, o tom e o estilo dos editoriais lembram o do manifesto. Então, há uma “moratória” do discurso jornalístico – calcado nos princípios da imparcialidade e da objetividade⁹⁴ – e a adoção de um tom que busca o convencimento explícito do leitor, típico da escrita do manifesto⁹⁵. No editorial de 25 de abril, por exemplo, é evidente o uso de slogans, de ironia e de um tom “apocalíptico”, característicos de um manifesto⁹⁶ e não de um texto jornalístico:

A população, nas ruas, diz que quer na cadeia os candidatos que o atual sistema oferece. Quer cortar a cabeça do ministro responsável pela economia. Quer que o Presidente da República vá embora. Em suma, o que existe é uma monumental e exasperada vontade de trocar, já, quem está mandando. É aí, na insistência em continuar mais um pouco, que está a fraqueza fundamental do governo. A proposta conciliatória de realizar eleições diretas em 1988 [...] vem muito tarde, num momento em que a opinião pública não quer mais ouvir falar na continuação de nada que esteja ligado ao governo.⁹⁷

É importante apontar, porém, que *Veja* não adotou uma postura militante com relação às diretas. A revista da Abril não seguiu, por exemplo, a posição do jornal mais influente do país: *Folha de São Paulo*. Segundo Ricardo Kotscho, em suas memórias, o diário paulista encampou a campanha, formou uma editoria especial para acompanhá-la e abriu espaço diariamente para sua cobertura⁹⁸. Se a *Folha de São Paulo* assumiu as diretas “como uma causa sua”⁹⁹, *Veja* apenas se posicionou de modo favorável a elas. Nos editoriais desta última, nota-se que o tema passou a aparecer com maior frequência à medida em que a campanha ganhava impulso na sociedade. Enfim, o periódico aqui analisado pareceu “seguir a onda” sem buscar conduzi-la.

Verifica-se, ainda, nos editoriais, um reiterado apelo contra o “acirramento político”, alertas para o perigo da criação de um “fosso político” no país e loas ao caráter “pacífico” das manifestações populares. Estes três motes, como pretendo aprofundar a seguir, pautaram a cobertura de *Veja* da campanha pelo retorno do voto direto para Presidente. Acredito que a revista tinha motivos “empíricos” para temer que a transição para a democracia pudesse sofrer algum tipo de retrocesso. Afinal, seria, no mínimo, anacrônico

⁹⁴ BENETTI, Márcia & JACKS, Nilda. *O discurso jornalístico*. Disponível em: <http://www.almanaquedacomunicacao.com.br/artigos/1515.html> acessado em: 20/11/2010.

⁹⁵ Sobre a discussão de alguns elementos que compõem o estilo da escrita de um manifesto, sugiro a análise literária do *Manifesto Comunista* de Karl Marx realizada por Umberto Eco em ECO, Umberto. *Ensaio sobre a literatura*. Rio de Janeiro, Record, 2003, p. 29 – 34.

⁹⁶ *Idem*, p. 29.

⁹⁷ *Veja*, edição 816 de 25 de abril de 1984, p. 19.

⁹⁸ KOTSCHO, Ricardo. *Do golpe ao planalto: uma vida de repórter*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006. p. 116. Ricardo Kotscho é jornalista; entre 1983 e 1984 trabalhava no diário *Folha de São Paulo* e foi responsável pela cobertura da campanha das “Diretas Já!”.

⁹⁹ *Idem*, p. 116

afirmar que estava dada a transferência do poder dos militares para os civis naquele momento¹⁰⁰. O que havia, isto sim, era um horizonte de possibilidades e *Veja* buscou inscrever-se politicamente nele.

Então, ocorria uma disputa pelos leitores e pelo prestígio no campo jornalístico, mas também uma disputa de projetos políticos – inclusive entre os diferentes veículos de imprensa; o que justifica, por exemplo, uma ação relativamente diferente de *Veja* com relação à *Folha* – que apoiou abertamente a campanha desde o momento em que ela ainda era incipiente – e a *Globo* – que, pelo menos até o momento em que o movimento não agrupou um quarto de milhão de pessoas na rua, simplesmente o ignorou¹⁰¹. Portanto, a revista e os demais meios de comunicação, bem como os outros atores envolvidos na campanha, estavam “agindo a partir de perspectivas diferentes e com poderes sociais diversos para a objetivação de suas interpretações”¹⁰², mas buscavam constituir o consenso social sobre o significado do movimento a partir de seu ponto de vista.

Assim, nesta luta pela interpretação dos acontecimentos, entendo estar o motivo de o periódico, conforme as multidões tomavam as ruas e praças, subir o tom dos editoriais que abordavam a campanha em sua crítica ao governo e em apoio à causa das diretas. Ou seja, a revista abordava as diretas quando havia um *gancho*¹⁰³, o qual usualmente eram os megacomícios que mobilizavam multidões nas principais cidades brasileiras. Mas, ao abordá-las, *Veja* inscrevia seu posicionamento frente aos demais membros do campo jornalístico e da sociedade.

¹⁰⁰ No próximo capítulo, “A sucessão é uma briga de foice no escuro”, procuro oferecer uma explanação mais embasada sobre os motivos que me fazem crer que a transição para democracia ainda não estava completamente assegurada no momento da eclosão das “Diretas Já!”.

¹⁰¹ Fato de certo modo admitido pela própria rede *Globo* no livro *Jornal Nacional: a notícia faz história*. Lá, a emissora afirma: “A *Globo* acompanhou os comícios apenas nos telejornais locais. Naquele primeiro momento, as manifestações não entraram nos noticiários da rede.” *Jornal Nacional: a notícia faz história*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2004, p. 154.

¹⁰² SAHLINS, Marshall. *Op. Cit.*, 1990, p. 10.

¹⁰³ Ver: BONALDO, Ronaldo Bragio. *Presentismo e presentificação do passado: a narrativa jornalística da história na coleção Terra Brasilis de Eduardo Bueno*. Dissertação (Programa de Pós-graduação em História), UFRGS, IFCH, 2010. p. 48 – 50. *Gancho*, no jargão do campo, é um pretexto que gera a oportunidade de um trabalho jornalístico. Quanto mais pretextos há para a produção de uma investigação jornalística, mais oportuna ela é. Da mesma forma, quanto mais “ganchos” estiverem por trás de uma edição, mais “quente” ela fica. De maneira geral, trata-se de um fato que liga, que dá margem, a outro, que serve de ponte, de gancho, enfim, para a notícia.

**“A sucessão é uma briga de foice no escuro”:
a campanha nos meses de dezembro 1983 e janeiro 1984.**

“De quem é essa ira santa
Essa saúde civil
Que tocando a ferida
Redescobre o Brasil?
Quem é esse peregrino
Que caminha sem parar?
Quem é esse meu poeta
Que ninguém pode calar?
Quem é esse?”

Trecho de *Menestrel das Alagoas*

“A sucessão se transformou numa briga de foice no escuro”, dizia Tancredo Neves a *Veja*¹⁰⁴, comentando o discurso de final de ano pronunciado em cadeia nacional pelo general Figueiredo. No pronunciamento, o presidente declarara que deixava o comando da sucessão presidencial nas mãos de seu partido – o PDS¹⁰⁵. A frase de Tancredo é sintomática de como foi abordada nas páginas de *Veja* a questão das eleições diretas nos meses de dezembro de 1983 e janeiro de 1984: a forma como se daria a sucessão presidencial era considerada como cada vez mais incerta e um horizonte de possibilidades, das mais auspiciosas às mais sombrias, se abria à frente dos agentes políticos.

Ao longo deste período, é preciso “vasculhar” as reportagens sobre a “sucessão” para encontrarmos algumas linhas que tratem da emenda Dante de Oliveira. Se Darnton afirma que os espaços nobres de um periódico são o início de um caderno e suas partes superiores¹⁰⁶, pode-se dizer que as eleições diretas, neste primeiro momento, tinham uma posição ambígua dentro de *Veja*, pois o tema vinha à tona em reportagens políticas de destaque, mas como elemento secundário das mesmas. Sendo assim, a partir dessa percepção, entendo que o tema do retorno do voto direto era tratado como uma pauta relativamente importante, embora, dada a condução política que as oposições ofereciam à questão, a aprovação da Emenda Dante de Oliveira parecesse pouco factível aos olhos da revista¹⁰⁷.

Nestes dois meses, portanto, o semanário mencionou as diretas como um objetivo pouco viável, ora em função das articulações do governo que barraria a proposta no Congresso Nacional, ora por culpa da oposição, que não conseguia “colocar o bloco na rua”. A tônica das reportagens, assim, era de pessimismo. Por exemplo, no dia 7 de dezembro, quando *Veja* fez a única matéria deste período em que aborda a questão em destaque. A revista produziu uma reportagem de duas páginas com o título “A direta pára no PDS”¹⁰⁸. Nela são relatados os movimentos realizados por José Sarney (PDS) e outros senadores do partido governista para demonstrar que a maioria deles era contrária ao retorno do voto direto e, ainda, rejeitava qualquer mudança no modelo sucessório, pois

¹⁰⁴ *Veja*. Edição 800, 4 de janeiro de 1984, p. 18.

¹⁰⁵ *Idem*, p. 18

¹⁰⁶ DARNTON, Robert. *Op. Cit.*, 2010, p. 80.

¹⁰⁷ Os possíveis motivos de *Veja* considerar a aprovação, por parte do Congresso Nacional, de uma emenda propondo o retorno do voto direto para Presidente já em 1984 pouco factível serão discutidos a seguir.

¹⁰⁸ *Veja*. Edição 796 de 7 de dezembro de 1983, p. 42-43.

defendia a manutenção do Colégio Eleitoral tal como era¹⁰⁹. Ao longo do texto, a oposição aparece como não tendo conseguido “aproveitar o momento”, uma vez que o Instituto Gallup, em pesquisa divulgada na matéria, afirmava que mais de 79% dos brasileiros eram favoráveis ao retorno das diretas¹¹⁰ e, até mesmo, o presidente Figueiredo havia se mostrado simpático à ideia¹¹¹. No mesmo sentido, o PDS teria se rearticulado e evidenciado que ainda possuía “muita força”¹¹². Para a revista, portanto, o partido do governo era enérgico e decidido, e a oposição agia de modo hesitante. Por isso, o governo havia retomado as rédeas da sucessão e voltava a “dar as cartas”¹¹³.

Na edição seguinte, o tom pessimista se eleva. Na opinião da revista, o PDS e o governo haviam colocado uma pá de cal sobre o tema. *Veja*, em reportagem intitulada “O abraço da sucessão”, relatou uma reunião na qual havia sido selado um acordo entre o então Vice-Presidente Aureliano Chaves e o Ministro do Interior Mário Andreazza – ambos pré-candidatos do PDS a presidente – em torno da manutenção do Colégio Eleitoral. Ao final da matéria, o periódico afirmou: “o ano encerra com o arquivamento da idéia de eleição direta”¹¹⁴. Novamente, a articulação dos governistas e a falta de unidade da oposição foram culpabilizadas pela manutenção das regras do jogo sucessório tal como estavam.

Outro percalço para a viabilização das diretas, na percepção da revista, foi a convenção do PMDB, realizada no dia 4 de dezembro. Na matéria intitulada “Troca de guarda”¹¹⁵, o periódico relatava que o resultado da convenção havia sido uma derrota para Ulysses Guimarães e a ala esquerda do partido: “Com o afastamento da ala esquerda do poder, o PMDB encampa as teses de centro, resumidas no entendimento com o governo, e abre caminho para a escolha do sucessor do presidente pela via indireta”¹¹⁶. No evento, Tancredo Neves e sua ala saíram vitoriosos e a proposta de retorno das diretas, apesar do apoio formal à sua aprovação que a convenção peemedebista aprovou, restava enfraquecida¹¹⁷.

Apesar da pouca crença que demonstrava com relação à viabilidade da proposta

¹⁰⁹ *Idem*, p. 42.

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 42.

¹¹¹ Na edição de 30 de novembro de 1983, p. 37, *Veja* “repercutia” que Figueiredo havia declarado, durante viagem a África, ser “simpático” à ideia de que seu sucessor fosse eleito mediante uma eleição direta.

¹¹² *Idem*, p. 43.

¹¹³ *Ibidem*, p. 43.

¹¹⁴ *Veja*. Edição 797 de 14 de dezembro de 1983, p. 37.

¹¹⁵ *Idem*, p. 38.

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 38.

¹¹⁷ É importante notar que a posição da revista sobre as alas e os líderes do PMDB é francamente favorável à ala “de centro” e a seu líder, o então governador mineiro Tancredo Neves, e crítica com relação à “esquerda” do partido. *Idem*, p. 38.

de emenda do deputado Dante de Oliveira (PMDB) ser aprovada, a semanal da Abril oferecia uma “receita” à oposição em sua cobertura política: a pressão das ruas. Em 7 de dezembro, a revista disse que a oposição não colocou a “procissão nas ruas” e criticou o ato ocorrido em São Paulo, em 27 de novembro, que teria reunido “apenas 10 mil pessoas”¹¹⁸: “a oposição não conseguiu colocar a campanha na rua”¹¹⁹, lamentava a revista em 14 de dezembro. Na primeira edição de 1984, novamente *Veja* retomou o tema: “a oposição ainda busca a mobilização”¹²⁰. *Veja*, portanto, em todos os momentos em que abordou as diretas, reiterou, de uma forma ou de outra, que a única chance de viabilização política para que a campanha¹²¹ saísse do papel seria a mobilização popular.

Contudo, se a revista apontava nesta direção, reiterava sempre que os atos deveriam possuir caráter pacífico. Na matéria “A sucessão à deriva”¹²², dedicou um amplo espaço para que líderes do PMDB¹²³ respondessem a uma declaração do presidente Figueiredo, emitida no seu discurso de final de ano em cadeia nacional: a mobilização pelas diretas, segundo ele, poderia se confundir “com baderna” e teria um caráter eminentemente “perturbador da ordem”¹²⁴. Em contrapartida, as declarações dos líderes do PMDB Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, escolhidas pela reportagem, falavam do caráter “pacífico” das manifestações que estavam sendo preparadas pelo partido.

Em 12 de janeiro de 1984, ocorreu o primeiro grande comício pelas “Diretas Já!”. Realizado na capital paranaense, reuniu cerca de 30 mil pessoas na chamada “Boca Maldita” - tradicional local de manifestações políticas de Curitiba. Tal comício foi o responsável pela primeira matéria extensa de *Veja* destinada à cobertura da campanha¹²⁵. A reportagem, ao longo de suas três páginas, destinou uma percepção nitidamente simpática ao comício e ao seu desenrolar. Contudo, no texto, continuaram presentes os dois temas que eram o mote da cobertura da revista nesse período: o pessimismo com relação à viabilidade da proposta e a valorização do caráter pacífico da mobilização. A revista, logo na abertura da matéria, disse que “o único incidente que ocorreu [durante o comício] foi com o prefeito de Curitiba Maurício Fruet (PMDB) (...) que engoliu uma

¹¹⁸ *Idem*, p. 43.

¹¹⁹ *Veja*. Edição 797 de 14 de dezembro de 1983, p. 37.

¹²⁰ *Veja*. Edição 800 de 4 de janeiro de 1984.

¹²¹ *Veja*. Edição 796 de 7 de dezembro de 1983, p. 23. Nesta edição, o cronista Luiz Fernando Veríssimo publicou texto em que afirmava que todos eram tão favoráveis às eleições diretas que elas haviam recebido um apelido: “as di”.

¹²² *Veja*. Edição 800 de 4 de janeiro de 1984, p. 16-17

¹²³ É importante notar que *Veja* sempre buscava os líderes do PMDB quando abordava positivamente o movimento pelo retorno do voto direto para Presidente. Pretendo aprofundar o tema no próximo capítulo.

¹²⁴ *Idem*, p. 16.

¹²⁵ Isso reitera o já apontado de que *Veja* esperava um “gancho” jornalístico para abordar a campanha.

borboleta enquanto discursava”¹²⁶. Após relatar o sucesso da manifestação dos paranaenses, *Veja* pontuou que, apesar do grande número de pessoas no comício, não havia sido “a maior aglomeração da história de Curitiba”¹²⁷ - a recepção ao Papa João Paulo II, em 1982, teria superado o comício pelas diretas e, além disso, uma caminhada com o mesmo objetivo ocorrida em Porto Alegre dias antes havia fracassado, reunindo “apenas 3 mil pessoas”¹²⁸. No encerramento da cobertura do comício, a revista alertou que, embora a campanha estivesse ganhando adeptos, o PDS contava com 280 deputados e precisava que apenas 184 deles rejeitassem a emenda para arquivá-la.¹²⁹

Após examinarmos as reportagens, considero ser importante lembrar alguns elementos do contexto histórico nacional, entre 1983 e 1984, para auxiliar na interpretação da cobertura da revista neste primeiro momento. Em primeiro lugar, é relevante o fato de que a campanha pelas “Diretas Já!” foi realizada em um momento de profunda crise econômica. O Brasil viveu um período de recessão que perdurou de 1981 a 1983 – período esse em que a economia decresceu em média 2% ao ano¹³⁰. Associada à depressão, estava a inflação, que atingira 99% em 1982 e chegara quase aos 200% em 1983¹³¹. A renda *per capita* nesse último ano caiu 7,3% e o desemprego aumentou 20% com relação a 1978¹³². A cobertura de *Veja* mostrou-se, por conseguinte, “contaminada” por esse difícil ambiente econômico. Reiteradas vezes, por exemplo, a questão da eleição direta foi colocada como algo que poderia ajudar na superação da crise econômica; ideia que às vezes apareceu como afirmação, às vezes como questionamento¹³³.

Outro elemento central para se compreender a cobertura de *Veja* é o contexto de “abertura política” que o país vivia desde o governo Geisel, iniciado em 1974. A crise econômica acabara por erodir a legitimidade política da ditadura¹³⁴. A “abertura lenta, gradual e segura” proposta por Golbery do Couto e Silva e executada nos governos de

¹²⁶ *Veja*. Edição 802 de 18 de janeiro de 1984, p. 20.

¹²⁷ *Idem*, p. 21.

¹²⁸ *Ibidem*, p. 22.

¹²⁹ *Idem Ibidem*, p. 23.

¹³⁰ FAUSTO, Bóris. *Op. Cit.*, 2002. p. 278.

¹³¹ *Idem*, p. 279.

¹³² SKIDMORE, Thomas. *Op. Cit.*, 1988, p. 462.

¹³³ Ver: *Veja*, edição 796 de 7 de dezembro de 1983, p. 42 e *Veja*, edição 797 de 14 de dezembro de 1983, p. 6. Na primeira, a revista expôs uma pesquisa do Instituto Gallup, segundo a qual a maioria da população acreditava que a eleição direta contribuiria para a superação da crise econômica. Na segunda, a revista questionou o recém-empossado embaixador norte-americano Diogo Asencio se a eleição direta poderia ajudar na superação da crise.

¹³⁴ José Murilo de Carvalho diz que: “desaparecido o ‘milagre’, quando a taxa de crescimento voltou a decrescer, por volta de 1975, o crédito do regime esgotou-se rapidamente. A classe média inquietou-se e começou a engrossar os votos da oposição. Os operários urbanos retomaram sua luta por salários e por maior autonomia.” CARVALHO, José Murilo. *Op. Cit.*, 2009, p. 192.

Geisel e Figueiredo pressupunha a passagem vagarosa para um regime civil e democrático, do ponto de vista liberal¹³⁵. Entretanto, durante o governo Figueiredo, devido ao desastre econômico e ao descontentamento social com as soluções apresentadas¹³⁶ para superá-lo, a oposição angariou expressivas vitórias nas eleições para os governos estaduais de 1982¹³⁷.

Desconsiderar este complexo cenário político, econômico e social pode conduzir a um entendimento incompleto dos motivos que levaram a revista *Veja* a adotar algumas das posturas elencadas acima. Bourdieu¹³⁸ e Darnton¹³⁹ nos mostram, como foi visto na Introdução, o quão importante é o contexto interno do campo jornalístico no resultado final dos textos que produz; contudo, ambos também afirmam a relevância que possui o contexto mais amplo – social, econômico e cultural – na produção jornalística. Neste sentido, Bourdieu diz que o campo jornalístico está sob constante influência e embate com os demais campos¹⁴⁰. Já Darnton aponta, como método historiográfico para a análise de um texto, que o historiador vá “do texto ao contexto”, voltando novamente ao texto para lhe extrair a significação¹⁴¹. Portanto, seria, para dizer o mínimo, *reducionista* responsabilizar unicamente a postura política do periódico pela forma como ele abordava a campanha e os aspectos que dela enfatizava.

A abertura política brasileira foi um processo de constantes avanços e recuos. Exemplo destas idas e vindas foram as eleições parlamentares de 1974. Naquele ano, o governo ditatorial permitiu que acontecessem eleições relativamente livres. O MDB e a ARENA¹⁴² receberam espaços no rádio e na televisão para divulgarem suas propostas e fazerem propaganda. Abertas as urnas, uma surpresa: a oposição elegeu um número maior de parlamentares que o governo. O resultado fez o governo ditatorial recuar. Para

¹³⁵ Liberal entendido aqui como categoria política, não como categoria econômica, o que supõe um Estado constitucional, em que a representação política é garantida, bem como são garantidos os direitos civis. Ver: MATTEUCI, Nicola. *Liberalismo*. IN: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília, UnB, 2007, p. 686-705.

¹³⁶ Ver: SKIDMORE, Thomas. *Op. Cit.*, 1988, p. 409 – 481.

¹³⁷ As oposições conquistaram os governos de São Paulo (PMDB), Rio de Janeiro (PDT), Minas Gerais (PMDB), Paraná (PMDB), Goiás (PMDB), Amazonas (PMDB), Acre (PMDB), Espírito Santo (PMDB), Mato Grosso do Sul (PMDB) e Pará (PMDB).

¹³⁸ Bourdieu, Pierre. *Op. Cit.*, 1997.

¹³⁹ DARNTON, Robert. *Op. Cit.*, 2010.

¹⁴⁰ BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão...* p. 106

¹⁴¹ DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro, Graal, 1986, p. XII.

¹⁴² Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e Aliança Renovadora Nacional (ARENA) eram os dois partidos legalmente permitidos, o primeiro de oposição e o segundo de sustentação do governo, durante o período de 1965 a 1979, época em que vigia, por força do AI-2, o bipartidarismo no país. A partir de 1979, com a retomada da liberdade de organização partidária, o MDB tornou-se PMDB e a ARENA, o PDS.

as eleições seguintes, restringiu-se o espaço de propaganda dos partidos¹⁴³ e instituiu-se os “famigerados” *senadores biônicos*¹⁴⁴. Sendo assim, é muito provável que o jornalista de *Veja* tivesse em mente este contexto errático da abertura política ao escrever suas matérias.

Tal cenário nebuloso pode ter levado *Veja* a enfatizar, de forma recorrente, o aspecto pacífico da campanha pelas “Diretas Já!”. O medo de um *retrocesso político* estava bastante presente, como foi possível constatar no capítulo em que abordei os editoriais, e não se pode dizer que esse era de todo injustificado¹⁴⁵. Evidentemente, que a posição política de *Veja* de orientação liberal também contribuiu para o enfoque na necessidade do viés pacífico da campanha. Contudo, se torna evidente que a análise política era feita “sobre o fio da navalha”, uma vez que, por exemplo, a transição para a democracia era garantida por um general Presidente que afirmou, na ocasião de sua posse: “é para abrir mesmo. Quem não quiser que abra, eu prendo e arrebento”¹⁴⁶.

A visão pessimista que aponte também como recorrente na cobertura inicial de *Veja* e a centralidade dada às articulações do governo e do seu partido de sustentação – tratadas, às vezes, como força irresistível – talvez decorram igualmente deste contexto em que a força política, ou seja, a capacidade de “dar as cartas”, estava com o arbítrio. Tal interpretação está calcada na ideia de que havia a predominância, naquele momento, de uma *cultura política* derivada da hipertrofia do executivo¹⁴⁷. Entende-se aqui *cultura política* como a forma pela qual os atores sociais se apropriam do político e lhe conferem significado¹⁴⁸. Desta forma, tal cultura política, naquele momento, impelia setores

¹⁴³ Foi aprovada pelo governo a chamada *Lei Falcão*, a qual restringia a propaganda eleitoral a divulgar apenas o nome, o currículo e o número do candidato. Ver: SKIDMORE, Thomas. *Op. Cit.*, 1988, p. 335-375.

¹⁴⁴ O “senador biônico” era eleito pelas Assembleias Legislativas dos estados. Tal figura foi instuída pelo chamado “Pacote de Abril”, ainda no governo Geisel. O objetivo do governo era garantir a maioria no Senado e no Colégio Eleitoral que faria a sucessão de Ernesto Geisel. Ver: SKIDMORE, Thomas. *Op. Cit.*, 1988, p. 372 – 375.

¹⁴⁵ Basta lembrar que, dois anos antes da irrupção da campanha pelas “Diretas Já!”, em 30 de abril de 1981, setores do Exército, inconformados com a abertura, cometeram um atentado à bomba durante um *show* no RioCentro.

¹⁴⁶ *Veja*. Edição 596 de 26 de dezembro de 1979, p. 81.

¹⁴⁷ Segundo Carneiro e Kushnir, pode-se ter o convívio de várias culturas políticas no ambiente social, inclusive com elas estando em concorrência entre si na produção social da ação política. Desta forma, pressupor que predominava no país uma cultura política em que a maioria da população esperava que as soluções partissessem do governo central não conflita com a ideia de que, naquele período, emergia uma outra cultura política, forjada inclusive no enfrentamento da ditadura militar, em que a cidadania colocava sobre si a responsabilidade dos assuntos políticos. A campanha pelas “Diretas Já!” talvez seja o ponto alto deste embate entre “culturas políticas” distintas naquele momento. Ver: CARNEIRO, Leandro Piquet & KUSHNIR, Karina. *As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política*. Rio de Janeiro, Estudos Históricos, n. 24, 1999. pp. 227-250.

¹⁴⁸ Ver: GEERTZ, Clifford. *A política do significado*. IN: GEERTZ, Clifford. *Op. Cit.*, 1989. pp. 135-149.

significativos da sociedade a esperar que as soluções políticas partissem das iniciativas da administração central do país.

Entendido isto, é factível imaginar que o repórter de *Veja*, ao redigir uma matéria sobre a campanha pelas diretas, estava enredado em uma teia de elementos pertinentes ao seu campo profissional, mas também reelaborava no interior desse campo elementos e significados que lhe eram externos. Acredito, portanto, que se encontram no texto uma miríade de influências que provém tanto das idiossincrasias de *Veja* e da forma como ela se colocava no interior do campo jornalístico, como também de um contexto econômico, social e político em ebulição, que forjaram novos significados para os atores sociais na sua relação com o político. Então, a orientação política liberal da revista e da editora, sua posição de liderança absoluta no segmento – que talvez a impelisse a não adotar uma posição demasiado engajada a fim de não ferir sua “credibilidade” junto aos seus leitores e anunciantes –, associada a uma *cultura política* forjada por vinte anos de arbítrio talvez tenham conformado as condições para configurar a forma como o periódico abordou a campanha nos seus primeiros momentos.

Sendo assim, nesses dois primeiros meses de campanha, a revista seguiu uma abordagem que revelava simpatia pela causa, mas não implicava um engajamento militante em prol das diretas. *Veja* parecia cheia de dúvidas, senões e poréns sobre a viabilidade da aprovação da emenda Dante de Oliveira e sobre o futuro do país. Para o leitor da revista, a forma como se daria a sucessão presidencial parecia cada vez mais com a descrição de Tancredo: “uma briga de foice no escuro”.

**“A praça pede o voto”:
a campanha nos meses de fevereiro a abril de 1984**

“Quando vi todo mundo na rua de blusa
amarela
Eu achei que era ela puxando o cordão
Oito horas e danço de blusa amarela
Minha cabeça talvez faça as pazes
assim”

Trecho de *Pelas Tabelas* (1984) de
Chico Buarque

“Vamos lá rapaziada, está na hora da virada, vamos dar o troco”. Esta é parte da letra de *Virada* de Noca da Portela, que, interpretada por Beth Carvalho, tornou-se um dos *hits* da campanha pelo retorno das diretas, marcando o clima dos comícios. A música expressava parte do sentimento popular que envolvia os milhões de adeptos que o movimento ganhava no início de 1984: estava na hora de uma mudança substancial na condução dos assuntos nacionais e parte significativa da população brasileira acreditava haver chegado o momento de elas mesmas ditarem quais seriam os novos rumos a serem adotados. Era, conseqüentemente, uma manifestação cívica da cidadania. Nunca o Brasil havia convivido com comícios da magnitude dos que ocorreram entre fevereiro e abril de 1984¹⁴⁹.

Foi justamente durante os meses de fevereiro, março e abril que as manifestações populares ganharam fôlego e a campanha pegou fogo. Os comícios que não haviam reunido mais de 30 mil pessoas, passaram a crescer exponencialmente: as 250 mil pessoas que se reuniram na praça de Sé em São Paulo tornaram-se 300 mil em Belo Horizonte até chegar à explosão dos megacomícios da Candelária, no Rio, que reuniu 1 milhão de adeptos, e do Vale do Anhangabaú em São Paulo, no qual espremeram-se 1 mil e 500 mil pessoas sob o mote das “Diretas Já!”¹⁵⁰. Para usar novamente a expressão de Alberto Tosi Rodrigues, o Brasil soltava um “grito preso na garganta”¹⁵¹ há vinte anos. Mas como esse período, que foi do delírio popular nos comícios até a decepção pela não aprovação da emenda Dante de Oliveira, foi abordado por *Veja?* É o que discuto a seguir.

A edição do dia 1º de fevereiro de 1984 abriu com a primeira capa¹⁵² que a revista

¹⁴⁹ Ver: RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas Já: o grito preso na garganta*. São Paulo, FPA, 2003.

¹⁵⁰ *Idem*.

¹⁵¹ *Ibidem*.

¹⁵² Ver anexo 6.

dedicou às diretas. Sobre uma foto da enorme aglomeração da praça da Sé, ocorrida em 25 de janeiro, reluzia a frase: “eu quero votar para presidente”¹⁵³. Impactante e singela, a capa de *Veja*, ainda na mesma edição, apresentou um símbolo que dali para diante marcaria as reportagens do periódico sobre as atividades da campanha: um quadrado preenchido por um “x”, lembrando as cédulas eleitorais. *Veja* dedicou longa matéria para “cobrir” o comício. A chamada da reportagem voltava a mostrar o mar de gente que ocupou a Sé dias antes, mas agora, sobre a fotografia da multidão, emergia o título: “A praça pede o voto”¹⁵⁴.

Assim como já havia feito com relação ao comício de Curitiba¹⁵⁵, a cobertura guardou um tom festivo, pontuado por uma série de trivialidades. A descrição da forma como os militantes se deslocavam, como estavam vestidos, como matavam a fome durante o “longo comício” marcou as matérias da semanal. A presença dos artistas também era parte destacada, mas com a ressalva: “as pessoas não vão aos comícios para assistir aos artistas”, elas iriam, segundo o periódico, para “manifestar seu desejo de votar para presidente”¹⁵⁶. Tal afirmação seria recorrente nas reportagens de *Veja* sobre as manifestações e era uma resposta direta aos membros do governo que insinuavam que as pessoas “não vão aos comícios, elas vão assistir aos *shows*”.¹⁵⁷

Na matéria de 1º de fevereiro, a revista parabenizava o governador paulista Franco Montoro (PMDB) que havia patrocinado o comício e impedido que qualquer incidente perturbasse o dia¹⁵⁸. O Comício da Sé, segundo o relato do periódico, havia sido povoado de gente comum e de todas as classes sociais, “irmanados pelas diretas”; participavam dos atos inclusive “gente que havia votado no PDS em 1982”¹⁵⁹, como a jornalista Bárbara Gancia. A única exceção ao clima amistoso ficava por conta das “claques do PT e do PCdoB”¹⁶⁰ que “munidos de suas bandeiras” vaiavam insistentemente alguns membros do palanque suprapartidário, principalmente os membros do PDS que vinham dar apoio a campanha.

Para a revista, o tom das falas, também, havia estado em alto nível no comício da Sé. *Veja* dizia: “falar mal do governo não foi a preocupação central dos oradores ou dos manifestantes”. De acordo com o periódico, as oposições tinham acertado,

¹⁵³ *Veja*. Edição 804 de 1 de fevereiro de 1984.

¹⁵⁴ *Idem*, p. 15.

¹⁵⁵ Ver capítulo anterior: “A sucessão é uma briga de foice no escuro”.

¹⁵⁶ *Veja*. Edição 804 de 1 de fevereiro de 1984, p. 15.

¹⁵⁷ *Idem*, p. 16.

¹⁵⁸ *Ibidem*, p. 15.

¹⁵⁹ *Ibidem*, p. 15.

¹⁶⁰ *Ibidem*, p. 17.

“diferentemente de outros momentos”¹⁶¹, e o resultado seria a imensa adesão popular. Porém, elas ainda não haviam encontrado a “unidade ideal”, o que o semanário exemplificava com a rusga entre o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, e o presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, sobre a arrecadação financeira da campanha. Lula criticava Ulysses pelo fato de o peemedebista pedir doações para a campanha e colocá-las no caixa do seu PMDB; sobre isso, ele declarou: “é uma campanha suprapartidária, a arrecadação não pode ser feita por um único partido”¹⁶². A revista terminava a reportagem sobre o comício da praça da Sé concordando com uma declaração do ex-presidente Jânio Quadros: “sou favorável à eleição direta, mas não creio que ela venha agora”¹⁶³.

As longas coberturas dos comícios, como o da Sé, sempre vinham acompanhadas de matérias extensas sobre a repercussão das manifestações no governo e no seu partido. Na edição de 1º de fevereiro, o título era sugestivo: “A força da indireta”¹⁶⁴. A revista relatava não só a repercussão do comício, mas como o governo reagira frente à escalada da mobilização popular. *Veja* afirmava que havia “uma distância enorme entre a praça e os parlamentares do PDS”, que insistiam em negar que o retorno do voto direto para presidente era um anseio popular. Conforme o periódico, as chances da emenda ser aprovada no Congresso seguiam mínimas: “tudo indica que a emenda será destruída no parlamento”¹⁶⁵. Todavia, demonstrava que não estava de acordo com a posição do governo federal, afirmando que esse era “um governo sem legitimidade”, cuja única forma de se manter no poder residia na manutenção da eleição indireta¹⁶⁶.

Veja era – e é – uma revista de alcance nacional, mas sua cobertura do movimento pelas diretas não foi exatamente nacional. Um bom *gancho* para a revista era um grande comício em São Paulo, no Rio de Janeiro ou em Belo Horizonte – apesar de ser digna de nota alguma atividade no sul do país –; assim, as demais atividades da campanha fora do eixo centro-sul não aparecem em suas páginas. As diretas somem nas edições de 8, 15 e 22 de fevereiro, justamente no período em que as oposições realizaram grandes manifestações em João Pessoa, Olinda, Maceió, Teresina, São Luís e Macapá. Mas, para a revista, tais manifestações aparentemente não constituíam um “acontecimento” digno

¹⁶¹ Suponho que *Veja* estivesse se referindo ao comício realizado em 27 de novembro de 1983 em São Paulo, em que a defesa das diretas dividiu o mote com um ato de solidariedade à Nicarágua.

¹⁶² *Ibidem*, p. 18.

¹⁶³ *Ibidem*, p. 18.

¹⁶⁴ *Ibidem.*, p. 20-21.

¹⁶⁵ *Ibidem*, p. 20.

¹⁶⁶ *Ibidem*, p. 21.

de cobertura¹⁶⁷. Isso é explicável para um periódico com foco na classe média brasileira, que, naquele momento, estava concentrada no eixo centro-sul do Brasil. Durante este período, as ações do governo para bloquear a aprovação da emenda do deputado Dante de Oliveira surgem como protagonistas da ação política quando abordadas.

Com os movimentos do governo de João Figueiredo dominando as páginas, o tom de euforia característico da narrativa do conagraçamento popular nos comícios foi substituído por um tom soturno, em que alguns fantasmas ressurgiram. No dia 15 de fevereiro, a revista publicou matéria intitulada: “Direta só em 1990”¹⁶⁸; nela, afirmou que o governo federal preparava uma emenda sua instituindo eleições diretas somente para dali a seis anos. O presidente, segundo a revista, estava preocupado com o risco do governador fluminense Leonel Brizola (PDT) vencer uma eventual eleição direta “já”, uma vez que as pesquisas indicavam preferência popular pelo pedetista¹⁶⁹. No dia 22 de fevereiro, o cenário político despontava ainda mais complicado – apesar de os comícios, não noticiados pela revista, no norte e nordeste terem sido bem sucedidos¹⁷⁰ –, uma vez que o governo estaria irredutível na manutenção do sistema eleitoral vigente. Na matéria “As armas da indireta”¹⁷¹, o periódico relatou uma reunião organizada pelo presidente Figueiredo com seu gabinete ministerial na qual o mandatário apresentou uma carta elaborada pelo SNI – Serviço Nacional de Informações – que dava conta de uma “escalada do esquerdismo” e recomendava que o governo deveria fazer uso de “medidas extraordinárias” caso fosse necessário¹⁷². *Veja* alertava: “o país está a um passo do retrocesso”¹⁷³.

A campanha encabeçada pelas oposições ficou de fora das páginas do semanário até o megacomício realizado em Minas Gerais no dia 24 de fevereiro. Coordenada pelo governador mineiro Tancredo de Almeida Neves (PMDB), a manifestação reuniu 250 mil pessoas na região central de Belo Horizonte. *Veja*, em sua edição de 29 de fevereiro, estampou em duas páginas o título da reportagem: “O grito dos mineiros”¹⁷⁴. A matéria seguia o mesmo roteiro da cobertura do comício da praça da Sé e dos que a ele se

¹⁶⁷ Patrick Champagne diz que o que se denomina como “acontecimento” nunca é mais do que o resultado da mobilização – que pode ser espontânea ou provocada – dos “media” ao redor de algo que, durante um certo tempo, lhes convém considerar como tal. IN: BOURDIEU, Pierre. *Op. Cit.*, 1999, p. 53.

¹⁶⁸ *Veja*. Edição 806 de 15 de fevereiro de 1984, p. 22-23.

¹⁶⁹ *Idem*, p. 23.

¹⁷⁰ Ver: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Diretas-Já: vozes das cidades*. IN: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão. *op. cit.* p. 423.

¹⁷¹ *Veja, op. cit.*, p. 18-20.

¹⁷² *Idem*, p. 18.

¹⁷³ *Ibidem*, p. 19.

¹⁷⁴ *Veja*. Edição 808 de 29 de fevereiro de 1984, p. 20-24.

seguiram: ênfase na descrição dos participantes e destaque para peculiaridades e trivialidades como uma descrição do “boneco do planalto”, que se tratava de uma chapa de papelão com uma faixa presidencial em que as pessoas poderiam enfiar a própria cabeça sobre o pescoço do boneco e “virar presidente”¹⁷⁵. Outro elemento que reapareceu foi a ênfase no caráter pacífico do movimento: “as tardes mais ordeiras são as dos comícios, em Belo Horizonte não foi diferente”¹⁷⁶, afirmava o periódico. Na mesma reportagem, *Veja* elogiava a moderação de Tancredo Neves “que negociou pessoalmente com o comando militar” para que o exército não ficasse de prontidão no dia do ato, e criticava o Partido dos Trabalhadores que “levou novamente algumas milhares de pessoas exclusivamente para aplaudir o presidente do partido”¹⁷⁷.

Durante o carnaval, a campanha pelas “Diretas Já!” arrefeceu e, na revista, o movimento sumiu. Ao longo do mês de março, quando não aconteceram grandes concentrações populares, a revista focou a cobertura na estratégia do governo para impedir a aprovação no Congresso da emenda Dante de Oliveira. No dia 14 de março, trazia uma entrevista com o Senador Moacir Dalla (PDS), presidente do Senado, que afirmava ser definitiva a marcação para 25 de abril - “data da revolução dos cravos”¹⁷⁸ - da votação da emenda. Além disso, trazia um “perfil” de Osmar Santos que era o “locutor das diretas”¹⁷⁹. Nas edições de 21 e 28 de março, *Veja* apresentou matérias - “O outono da sucessão”¹⁸⁰ e “Superbriga no Planalto”¹⁸¹ - relatando os desentendimentos no interior do governo sobre a melhor estratégia para derrotar a oposição no Congresso.

A campanha pelas diretas voltou a ser destaque na edição de 11 de abril; nela, o periódico fez uma longa reportagem sobre as “medidas de emergência” que o governo Figueiredo decretou para o dia 25 de abril na capital federal. Semelhante a um *estado de sítio*, tais medidas do Planalto previam o impedimento de reuniões políticas na capital e o retorno da censura prévia nos jornais. Segundo *Veja*, o governo havia decretado essas resoluções por medo da ocorrência de “badernas”, principalmente após o anúncio de uma “vigília cívica para o dia 25”, que “soou aos ouvidos do governo como greve geral”¹⁸². Ao

¹⁷⁵ *Idem*, p. 21.

¹⁷⁶ *Ibidem*, p. 22.

¹⁷⁷ *Idem Ibidem*, p. 22.

¹⁷⁸ *Veja*. Edição 810 de 14 de março de 1984, p. 6. A “Revolução dos Cravos” foi um movimento político civil-militar em Portugal que culminou com a derrubada do ditador Marcelo Caetano, sucessor de Oliveira Salazar, do governo português. Parece-me, portanto, que o estabelecimento da data da votação da Dante de Oliveira em 25 de abril era simbolicamente favorável aos opositoristas.

¹⁷⁹ *Idem*, p. 54.

¹⁸⁰ *Veja*. Edição 811 de 21 de março de 1984, p. 19-20.

¹⁸¹ *Veja*. Edição 812 de 28 de março de 1984, p. 21-22.

¹⁸² *Veja*. edição 814 de 11 de abril de 1984, p. 22.

final da matéria, a revista apelava para o “bom senso” do governo e das oposições: “nem a oposição quer a greve geral, nem o governo quer fazer uso da força armada”¹⁸³ dizia.

Na semana seguinte, *Veja* anunciava na capa¹⁸⁴ “um brado retumbante”. Não era para menos: 1 milhão de pessoas haviam se reunido na Avenida Presidente Vargas no centro do Rio de Janeiro no comício comandado por Leonel Brizola. A revista estampava sobre a imagem da multidão o título da reportagem de capa: “O grito da Candelária”¹⁸⁵. Nela, reiterava o tom ordeiro dos manifestantes e destacava uma fala de Figueiredo na África – depois desmentida pelo porta-voz da presidência, Carlos Átila: “se eu estivesse no Brasil seriam 1 milhão e um”¹⁸⁶. *Veja* comentava ainda que “defender as diretas é um passaporte seguro para viajar rumo à simpatia das multidões” e que o governo corria o risco de ser “tomado de surpresa” ao virar as costas para “o desejo da maioria da população” e isto não era “o melhor para o país”¹⁸⁷.

Retomando alguns dos elementos em destaque na cobertura da revista, pode-se perceber, inicialmente, a permanência do tema da ordem. Junto a ele surge com força a questão da ameaça de ruptura e de retrocesso político. Nesse sentido, há uma retomada constante desses dois elementos ao longo da cobertura. Para o leitor, ficava a impressão de que o país estava caminhando no fio da navalha entre a possibilidade do retorno do voto direto e a de um aprofundamento da repressão e do recrudescimento do regime.

Nesta ênfase no aspecto pacífico, surge uma expressão em algumas edições de *Veja* que soa como uma preocupação da revista: o perigo de uma “argentinização”. A Argentina viveu sob o jugo de uma ditadura militar entre os anos de 1976 e 1983. O regime autoritário argentino entrou em colapso após a derrota do país frente a Inglaterra na “Guerra das Malvinas”¹⁸⁸ e, assim como o regime brasileiro, teve sua legitimidade social solapada frente a uma profunda recessão econômica que enfrentava desde 1980¹⁸⁹. A ditadura argentina fez seu caminho de retorno ao governo civil com o restabelecimento imediato de eleições diretas no ano de 1983. Portanto, havia um paralelo possível entre as situações contemporâneas dos dois países, uma vez que Brasil e Argentina passavam por processos de redemocratização. Tal fato merecia a

¹⁸³ *Idem*, p. 22.

¹⁸⁴ **Ver anexo 7.**

¹⁸⁵ *Veja*. edição 815 de 18 de abril de 1984, p.22-25.

¹⁸⁶ *Idem*, p. 22.

¹⁸⁷ *Ibidem*, p.24.

¹⁸⁸ A “Guerra das Malvinas” ocorreu em 1982, pois os argentinos buscavam retomar o controle sobre as ilhas Malvinas – ou *Falklands* para os ingleses –, que é situada ao sul do território da Argentina e foi ocupada pela Inglaterra ainda durante o século XIX. Ver: ROMERO, Luiz Alberto. *História contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 2001, pp. 217-223.

¹⁸⁹ *Idem*, p. 223.

preocupação de *Veja*, que parecia preocupada com as conclusões que os militares brasileiros poderiam tirar do desenrolar dos acontecimentos vividos na Argentina.

Em 10 de dezembro de 1983, Raúl Alfonsín, membro do partido “União Cívica Radical”, assumiu a presidência argentina. Alfonsín havia sido eleito em 30 de outubro de 1983 em pleito direto – o primeiro desde a eleição de 1973 que havia eleito Juan Domingo Perón Presidente – e a revista *Veja* dedicou uma ampla cobertura para sua posse. Na edição de 14 de dezembro de 1983, por exemplo, o periódico afirmava: “Chega Isabelita, retornam os exilados, toma posse o novo presidente da Argentina, Raúl Alfonsín: o país está em festa total”¹⁹⁰. Percebe-se, desta forma, que era uma cobertura festiva e favorável ao novo momento do país vizinho.

Entretanto, o cenário muda em 04 de janeiro de 1984, quando a semanal da Abril dá como manchete principal da edição: “A exumação da ditadura”¹⁹¹. Ali *Veja* começa a demonstrar preocupação com as possíveis comparações que pudessem ser feitas entre as situações de Brasil e Argentina, pois a matéria que segue a reportagem abordando as decisões do governo Alfonsín¹⁹² é uma reportagem enfatizando as diferenças entre as ditaduras argentina e brasileira. O título da matéria já era sugestivo da posição da revista: “paralelos inúteis”¹⁹³.

A partir do momento em que a campanha pelo retorno do voto direto para Presidente da República esquenta no Brasil, torna-se recorrente a referência ao “perigo” de uma “argentinização” do país. O termo “argentinização” aparece nas edições dos dias 22 de fevereiro, 29 de fevereiro e 28 de março de 1984. A expressão sempre aparece com aspecto negativo e de preocupação, por exemplo, no dia 28 de março o periódico pergunta para o escritor Pedro Nava se ele acreditava que “o país correr o risco de se argentinizar”¹⁹⁴ a partir de uma eleição direta. Ao passo que a resposta do escritor foi negativa, a revista imediatamente muda o foco e passa a abordar na entrevista assuntos mais amenos como a “falta de memória na velhice”. Desta forma, na entrevista com Nava e nas demais vezes em que o tema é abordado, *Veja* parece querer dar a entender que o país não corria o risco de se desviar rumo a um caminho que culminasse em um processo de ruptura política profunda como acontecia na Argentina naquele momento.

Na descrição da cobertura, aponte para um outro elemento: a ênfase nas

¹⁹⁰ *Veja*. Edição 797 de 14 de dezembro de 1983, p. 52.

¹⁹¹ *Veja*. Edição 800 de 4 de janeiro de 1984.

¹⁹² Medidas que incluíam a revogação da autoanistia outorgada pelos militares argentinos para protegê-los de eventuais processos judiciais; até o estabelecimento de uma “Comissão da Verdade” coordenada pelo escritor Ernesto Sábato que tinha por objetivo investigar os crimes acontecidos no período autoritário.

¹⁹³ *Idem*, p. 28-29.

¹⁹⁴ *Veja*. Edição 812 de 28 de março de 1984, p. 8.

trivialidades, ou seja, nos aspectos corriqueiros dos comícios. Penso que enfatizar estes elementos poderia ter uma dupla função: tanto a de “pegar” o leitor pelas curiosidades e peculiaridades que ocorrem nestas grandes aglomerações¹⁹⁵, como também ilustrar que o público delas participante era composto por “gente comum” e não por simpatizantes do “esquerdismo” conforme o governo queria fazer crer, ou o leitor da revista poderia imaginar.

Tais elementos recorrentes, desta forma, podem ser entendidos como uma estratégia discursiva. Eni Orlandi, ao tratar do discurso jornalístico, afirma que existem dois processos que o articulam: a paráfrase e a polissemia; sendo a paráfrase um movimento de reiteração do mesmo e a polissemia dando conta do aparecimento de diversos sentidos e do diálogo entre eles¹⁹⁶. Na cobertura política de *Veja*, esse efeito de paráfrase é recorrente. Portanto, para o leitor da revista, fica a percepção, num efeito intencional ou não por parte da publicação, de que o Brasil corria o risco de um processo de radicalização política irreversível, que viria a culminar na interrupção da abertura política.

Conforme já afirmei anteriormente¹⁹⁷, não se pode afirmar que a transição para a democracia estava assegurada, pois havia variáveis políticas suficientes para julgar o contrário. Contudo, a crise econômica e a pressão por mudanças no sistema eleitoral colocaram o povo no centro da arena política, algo não recorrente na história brasileira¹⁹⁸ e, neste contexto, políticos oriundos da esquerda do espectro político ganhavam destaque como Leonel Brizola e Lula, que eram “os mais aplaudidos nos comícios”¹⁹⁹. *Veja* não guardava simpatia por nenhum dos dois líderes, bastando ver as críticas que fazia “às claque do PT” e as duras acusações que dispensava ao governador do Rio de Janeiro²⁰⁰.

¹⁹⁵ Bourdieu diz que esta é uma característica das coberturas políticas realizadas pelos jornalistas. Ele ressalta que há sempre “uma busca pelo divertimento [que] inclina, sem que haja necessidade de pretendê-lo explicitamente, a desviar a atenção para um espetáculo”. IN: BOUDIEU, Pierre. *Op. Cit.*, 1997.

¹⁹⁶ ORLANDI, Eni. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, Pontes, 2001, pp. 64-68.

¹⁹⁷ Ver capítulo: “A sucessão é uma briga de foice no escuro”.

¹⁹⁸ Ver: FAUSTO, Bóris. *Op. Cit.*, 2002.

¹⁹⁹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Op. Cit.*, 2007. p. 423.

²⁰⁰ Por exemplo, em 1982, no dia 24 de novembro, *Veja* fez matéria sobre a eleição de Brizola para o governo do Rio de Janeiro, em que ressaltava que o pedetista “estaria cercado de um exército brancaleônico de políticos interessados unicamente em vencer as eleições”, ao contrário de Franco Montoro que “preparou há três anos [em 1979] montou uma enorme equipe responsável por seu programa de governo”. Entre 1982 e 1984, as críticas de *Veja* a Leonel Brizola apenas se intensificaram. No dia 7 de dezembro de 1983, *Veja* trazia matéria de capa estampando o “Vale-tudo do brizolismo”; na mesma edição, a revista, ao relatar a forma supostamente “autoritária” do governador fluminense agir, “colocava a nú a face obscura do socialismo moreno”. *Veja*. Edição 742 de 24 de novembro de 1982, p.54 e *Veja*. Edição 796 de 7 de dezembro de 1986.

O semanário parecia querer patrocinar uma transição que não fosse tão drástica do ponto de vista da mudança social; dessa postura derivam, provavelmente, os sucessivos elogios às negociações com o regime lideradas por figuras como o governador mineiro Tancredo Neves (PMDB) e o senador paulista Fernando Henrique Cardoso (PMDB).

Com o aumento das manifestações, houve, conseqüentemente, um aumento das tensões sociais, o que se apreende pelos discursos do governo e da oposição. Este contexto de acirramento político também permeia o campo e o discurso jornalístico. Desta forma, *Veja* era influenciada pelo contexto, mas também agia sobre ele, criando novas interpretações para os rápidos movimentos políticos que sobrevinham naqueles meses. Clifford Geertz diz que, nesses casos de intensa disputa política, há “luta pelo real”, ou seja, os atores, em contextos políticos conturbados, permanecem em um embate para impor “uma concepção particular de como as coisas são em sua essência”²⁰¹²⁰². Ora, o jornalismo é um campo fértil para se exercer essa disputa simbólica sobre a ordem das coisas, uma vez que, segundo o antropólogo norte-americano, “as ideias devem ser apresentadas por grupos sociais poderosos, para poderem ter efeitos sociais poderosos”²⁰³.

Então, considero que *Veja*, pela própria posição política da revista, buscou em sua cobertura construir uma interpretação da campanha que apontava para o caminho que considerava o mais adequado para o país na transição para a democracia. Parecia, desta forma, estar nas entrelinhas da cobertura do periódico um projeto político para o país. Tal projeto, calcado na democracia e na economia liberais, era melhor representado aos olhos da revista tanto pelos moderados do PMDB – tais como: Montoro, Tancredo e Fernando Henrique – quanto pelos moderados do PDS – como era o caso do vice-Presidente Aureliano Chaves²⁰⁴. Diante disso, me parece que as alas mais à direita do

²⁰¹ GEERTZ, Clifford. *Op. Cit.*, 1989c, p. 138.

²⁰² Pierre Bourdieu diz algo semelhante a Geertz quando elabora uma teoria do espaço social; nela, o autor francês defende que a representação que os agentes possuem do mundo social seria fruto de um “trabalho de representação” realizado por eles. Bourdieu diz que uma teoria do espaço social teria de integrar o seguinte: “a representação que os agentes têm do mundo social, mas, também, (...) a contribuição que eles dão para a construção da visão desse mundo, por meio do *trabalho de representação* (em todos os sentidos do termo) que continuamente realizam para imporem sua visão de mundo ou a visão de sua própria posição nesse mundo, a visão de sua identidade social.” BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007, p. 139.

²⁰³ *Idem*, p. 137.

²⁰⁴ Pude perceber que *Veja* passou a abordar de modo cada vez mais simpático a candidatura de Aureliano a presidência, principalmente após a declaração do pedessista de que era favorável a aprovação da emenda Dante de Oliveira. Chegando ao ponto de colocar a seguinte chamada de capa na edição do dia 18 de abril 1984: “Aureliano Já”. A revista inúmeras vezes colocou Chaves como sendo capaz de derrotar Brizola numa eleição direta, além de mostrá-lo como o candidato preferido do empresariado brasileiro. Ver: *Veja*. Edição 805 de 08 de fevereiro de 1984 e *Veja*. Edição 815 de 18 de abril de 1984.

governo autoritário e mais à esquerda das oposições apresentavam soluções políticas para o Brasil que não coadunavam com o “fomento à livre-iniciativa” pregado pela publicação.

Portanto, o efeito de paráfrase no discurso de *Veja*, nestes últimos meses de campanha, dava a impressão de mirar não apenas o contexto das disputas políticas do presente, mas de ter como alvo o futuro.

Considerações Finais

“A gente não sabemos
Escolher presidente
A gente não sabemos
Tomar conta da gente
A gente não sabemos
Nem escovar os dente
Tem gringo pensando
Que nós é indigente...”

Trecho de *Inútil* (1984) de
Roger Moreira.

Foram cinco meses alucinantes os que acompanhei nas páginas de *Veja*. Naqueles dias, todos os sonhos e todos os pesadelos pareciam possíveis. O país conviveu com o anseio pela construção de uma nação democrática governada por civis e com a ameaça de uma retomada da repressão por parte dos governantes militares. E estes espectros surgiram em cores vívidas nas páginas da revista. Então, ao chegar ao final da pesquisa, sinto que foi percorrido um rico caminho, repleto de nuances, e a trilha adotada foi apenas uma das possíveis, mas que se tornou reveladora de uma parte da história da redemocratização do país.

Em geral, as pesquisas sobre o período da transição da ditadura para a Nova República focam os elementos mais “duros” da política, da economia e da sociedade. Para analisar a cobertura que *Veja* realizou das diretas, escolhi um via mais sinuosa. A fim de dar conta do objeto, procurei me valer de alguns conceitos da antropologia interpretativa. Sempre me pareceu que uma análise histórica de uma cobertura jornalística deveria ser empreendida como uma busca do significado.

Umberto Eco, nos seus *Seis passeios pelos bosques da ficção*, diz que “todo texto é uma máquina preguiçosa pedindo ao leitor que faça parte do seu trabalho”²⁰⁵, ou seja, parte do significado de um texto não se encontra exclusivamente nas letras, palavras, frases e parágrafos que o compõem, mas também no contexto em que foi produzido – na capacidade de o leitor unir texto e contexto na produção do sentido.

Desta forma, a observação de Eco é valiosa para a análise do texto jornalístico da forma como a empreendi: “passando do texto ao contexto e voltando ao primeiro”²⁰⁶, como Darnton afirma em seu *O Grande Massacre de Gatos*. Mas, ao contrário do historiador norte-americano, não objetivei “captar” um “universo mental estranho”. Busquei apenas

²⁰⁵ ECO, Umberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994, p. 9.

²⁰⁶ DARNTON, Robert. *Op. Cit.*, 1986, p. XVII.

jogar alguma luz sobre a cobertura jornalística de *Veja* com relação às diretas que poderia restar oculta em uma leitura que não buscasse articulá-la com seu contexto de produção e compreender de que forma a revista buscou intervir naquele contexto.

Por isso, pretendi no primeiro capítulo, “Uma Finlândia de leitores”, construir um breve panorama do campo jornalístico brasileiro e apresentar a forma como *Veja* se inseriu nele a partir de sua origem em 1968. Almejei, a partir das perspectivas de Bourdieu e Darnton, portanto, demonstrar a forma como o periódico se constituiu na principal revista do país e como se articulava com outros campos sociais como o econômico e o político.

No segundo capítulo, “Um triunfo perigoso”, em que analiso os editoriais do periódico durante a campanha pelas “Diretas Já!”, quis entender como *Veja* manifestava sua opinião política. Busquei ali demonstrar como a revista participou da “fabricação do acontecimento” a partir de seu posicionamento político-ideológico e no campo jornalístico.

No terceiro capítulo, “A sucessão é uma briga de foice no escuro”, procurei analisar o comportamento da revista no momento em que a campanha pelas diretas ainda não havia colocado o “bloco na rua” com força total. Procurei demonstrar como um contexto político de instabilidade e incerteza pode ter dado vazão à posição oscilante que percebi em *Veja*, uma mescla de simpatia pela causa com um receio da reação que poderia ter o regime.

O quarto e último capítulo, “A praça pede o voto”, quando analiso a cobertura da revista durante os momentos mais “quentes” da campanha, foi uma tentativa de unir as pontas da pesquisa. Neste momento, procurei demonstrar como as reiteraões discursivas que perpassaram as reportagens da revista durante toda a cobertura da campanha podiam ser entendidas a partir do seu contexto histórico, mas também podiam ser compreendidas por meio da forma com que o periódico buscava incidir sobre os acontecimentos; para isto a noção de “luta pelo real” de Geertz foi valiosa.

Desta forma, ao completar a análise da cobertura das “Diretas Já!” empreendida pela semanal da Abril, pude ver o quanto a produção jornalística está submetida às influências no mundo social, conforme já diziam Darnton²⁰⁷ e Bourdieu²⁰⁸, e também como os jornalistas agem diante de tais influências.

Para mim, foi fascinante perceber que havia um “subtexto” que perpassava a cobertura de *Veja*, o qual dialogava diretamente com o momento histórico vivido pelo país. Tal “subtexto” dava conta deste contexto de abertura política e de crise econômica que gerava a corrosão da legitimidade social do regime ditatorial, impulsionando parte

²⁰⁷ DARNTON, Robert. *Op. cit.* 2009.

²⁰⁸ BOURDIEU, Pierre. *Op. cit.* 1997.

significativa da população a sair às ruas para reivindicar o retorno do direito de eleger pelo voto direto o Presidente da República. Desta forma, entendi que a revista estava limitada pelo contexto cultural, político, social e econômico daqueles dias, mas, como espero ter podido mostrar, ela, também, incidia sobre ele e tentava alargar seus horizontes e constituir o seu “futuro”.

A ação de *Veja* sobre o contexto em que estava inserida foi das coisas mais interessantes que percebi. A postura política da revista, o seu posicionamento ideológico, impregnava as páginas do periódico e, conforme a campanha pelas diretas tomava uma dimensão maior, mais a sua posição emergia na interpretação dos fatos que sobrevinham de maneira rápida. Contudo, nunca pretendi dar a entender que a revista tivesse uma postura “maquiavélica” em sua cobertura, mas, como objetivei mostrar, *Veja* tinha suas preferências no campo político e demonstrava isto em sua cobertura das “Diretas Já!”.

Então, se *Veja* estava na arena política e participava dela de maneira posicionada, a revista partilhava de um projeto político que, na época, era sintetizado no “Movimento Nacional pela Livre-Iniciativa”, ou seja, ela abordava as diretas com o olhar de quem queria a construção de uma democracia e uma economia liberais no Brasil. Tal posição, conforme a campanha foi ganhando volume, tornava-se mais evidente. Durante aquele período, a revista participou, de modo mais ou menos consciente, da elaboração de um projeto político de alcance nacional que se tornaria hegemônico no país na década de 1990. *Veja* estava em “luta pelo real”, um embate que, segundo Geertz, só ocorre em momentos de instabilidade como aquele²⁰⁹.

Nesta “luta pelo real” que empreendia a revista, pude perceber um elemento curioso. Pierre Bourdieu diz que “o campo jornalístico está permanentemente sujeito à prova dos vereditos do mercado, através da sanção, direta, da clientela ou, indireta, do índice de audiência”²¹⁰; com a revista *Veja*, não foi diferente. O periódico, como demonstrei, operava e opera com pesquisas de opinião para ajudar a definir sua pauta e isto já era prática em 1983 e 1984. Portanto, para a revista, é notícia aquilo que interessa aos seus leitores, mas, nas notícias que analisamos sobre as diretas, *Veja* pareceu, além de buscar atender ao interesse do seu leitor, tentar moldar o perfil político-ideológico da classe média brasileira.

Então, o semanário se colocava à prova “dos vereditos do mercado”, mas também buscava constituir a face deste novo mercado que era a classe média urbana brasileira de 1983 e 1984. Desta forma, fazia jus aos objetivos colocados por Victor Civita no editorial de lançamento, já citados no capítulo “Uma Finlândia de leitores”:

²⁰⁹ Ver: GEERTZ, Clifford. *A política do significado*. IN: GEERTZ, Clifford. *Op. Cit.*, 1989.

²¹⁰ BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão...* p. 106.

O Brasil não pode mais ser o velho arquipélago separado pela distância, o espaço geográfico, a ignorância, os preconceitos e os regionalismos: precisa de informação rápida e objetiva a fim de escolher novos rumos.

Veja se colocava, assim, como porta-voz da modernidade. Nas suas páginas, constava aquilo que um leitor brasileiro “influyente e bem informado”²¹¹ deveria saber. Para além da informação, estava a opinião. Desta forma, o periódico, desde o início, buscava ser “formador de opinião”, conferindo uma interpretação para os fatos. O resultado disto é uma interpretação peculiar do processo de abertura política e da campanha pelas diretas.

Enfim, a revista, ao longo do período investigado, procurou dar um ordenamento peculiar aos acontecimentos. *Veja*, ao buscar tornar inteligível para seu leitor os dinâmicos acontecimentos políticos daquele momento, construía uma interpretação sobre eles. Tal interpretação estava calcada no contexto político, cultural, social e econômico do período, mas também se encontrava na forma como esse contexto era percebido e elaborado pela revista no campo jornalístico. Então, ao interpretar o desenrolar da campanha pelas diretas, o periódico acabava por se tornar também um ator no seu campo e no campo político, atuando ativamente nos embates sociais em torno da construção do sentido daquele processo histórico. Em última instância, conseqüentemente, a disputa social pelo significado em que *Veja* estava envolvida naquele momento pode ser sintetizada pela pergunta de Alice a Humpty Dumpty, relatada por Marshall Sahlins:

“A questão é”, disse Alice, “se podes fazer com que uma palavra queira dizer tantas coisas diferentes.” “A questão é”, disse Humpty Dumpty, “quem será o senhor – somente isto.”²¹²

Foi o que procurei demonstrar.

Fontes utilizadas

²¹¹ *Veja*. Edição 811 de 21 de março de 1984, p. 32.

²¹² SAHLINS, Marshall. *Op. Cit.*, 1990, p. 12.

Veja. Edição 596 de 26 de dezembro de 1979.
Veja. Edição 742 de 24 de novembro de 1982.
Veja. Edição 795 de 30 de novembro de 1983.
Veja. Edição 796 de 07 de dezembro de 1983.
Veja. Edição 797 de 14 de dezembro de 1983.
Veja. Edição 798 de 21 de dezembro de 1983.
Veja. Edição 799 de 28 de dezembro de 1983.
Veja. Edição 800 de 04 de janeiro de 1984.
Veja. Edição 801 de 11 de janeiro de 1984.
Veja. Edição 802 de 18 de janeiro de 1984.
Veja. Edição 803 de 25 de janeiro de 1984.
Veja. Edição 804 de 1º de fevereiro de 1984.
Veja. Edição 805 de 08 de fevereiro de 1984.
Veja. Edição 806 de 15 de fevereiro de 1984.
Veja. Edição 807 de 22 de fevereiro de 1984.
Veja. Edição 808 de 29 de fevereiro de 1984.
Veja. Edição 809 de 07 de março de 1984.
Veja. Edição 810 de 14 de março de 1984.
Veja. Edição 811 de 21 de março de 1984.
Veja. Edição 812 de 28 de março de 1984.
Veja. Edição 813 de 04 de abril de 1984.
Veja. Edição 814 de 11 de abril de 1984.
Veja. Edição 815 de 18 de abril de 1984.
Veja. Edição 816 de 25 de abril de 1984.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Lutas democráticas contra ditadura*. IN: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (org.). *Revolução e democracia (1964 - ...)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

AUGUSTI, Alexandre Rossatto. *Jornalismo e comportamento: os valores presentes no discurso da revista Veja*. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação), FABICO, UFRGS, 2005.

BENETTI, Márcia & JACKS, Nilda. *O discurso jornalístico*. Disponível em: <http://www.almanaquedacomunicacao.com.br/artigos/1515.html> acessado em: 20/11/2010.

BONALDO, Ronaldo Bragio. *Presentismo e presentificação do passado: a narrativa jornalística da história na coleção Terra Brasilis de Eduardo Bueno*. Dissertação (Programa de Pós-graduação em História), UFRGS, IFCH, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *A influência do jornalismo*. IN: BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro, Zahar, 1996, p. 99-120.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

CAMURÇA, Marcelo Ayres & REIS, Daniel Aarão. *O Movimento Revolucionário 8 de Outubro. Da luta armada contra a ditadura à luta eleitoral no PMDB*. IN: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (org.). *Revolução e democracia (1964 - ...)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

CARNEIRO, Leandro Piquet & KUSHNIR, Karina. *As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política*. Rio de Janeiro, *Estudos Históricos*, n. 24, 1999. pp. 227-250.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade, cultura*. São Paulo, Paz e Terra, 2007.

CHAMPAGNE, Patrick. *La visión mediática*. IN: BOURDIEU, Pierre. *La miseria del mundo*. Madrid, AKAL, 1999.

CÔRREA, Roberto (org). *Movimento Nacional pela Livre-Iniciativa*. São Paulo, Bossa Nova, 2008.

Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro, Objetiva, 2009

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro, Graal, 1986.

DARNTON, Robert. *As notícias em Paris: uma pioneira sociedade da informação*. IN: DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo, Companhia das Letras, 2005, pp. 40-91.

DARNTON, Robert. *Jornalismo: toda notícia que couber a gente publica*. IN: DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo, Companhia de Bolso, 2010, pp. 76-110.

DARNTON, Robert. *História e Antropologia*. IN: DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo, Companhia de Bolso, 2010, pp. 338-363.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Diretas-Já: vozes das cidades*. IN: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (org.). *Revolução e democracia (1964 - ...)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

ECO, Umberto. *Ensaio sobre a literatura*. Rio de Janeiro, Record, 2003.

ECO, Umberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

FAUSTO, Bóris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo, EDUSP, 2002.

- GEERTZ, Clifford. *Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura*. IN: GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, LTC, 1989a, pp. 3-25.
- GEERTZ, Clifford. *A ideologia como sistema cultural*. IN: GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*, 1989b, p. 125-126.
- GEERTZ, Clifford. *A política do significado*. IN: GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, LTC, 1989c. pp. 135-149.
- GINZBURG, Carlo. *O inquisidor como antropólogo: uma analogia e suas implicações*. IN: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa, DIFEL, 1989, pp. 203-215.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- HARTLEY, L.P. *O mensageiro*. São Paulo, Nova Alexandria, 2003.
- JEANNENEY, Jean-Noël. *A mídia*. IN: REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro, FGV, 2003.
- Jornal Nacional: a notícia faz história*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2004.
- KOTSCHO, Ricardo. *Do golpe ao planalto: uma vida de repórter*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.
- LÉVI, Giovanni. *Os perigos do geertzismo*. Campinas, *História Social*, n. 6, 1999, pp. 137-146.
- LÉVI, Giovanni. *Sobre a micro-história*. IN: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo, UNESP, 1992, pp. 133-163.
- LUCA, Tânia Regina de & MARTINS, Ana Luiza. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2008.
- LUCA, Tânia Regina. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo, Contexto, 2010.

MATTEUCI, Nicola. *Liberalismo*. IN: BOBBIO, Norberto (org.). *Dicionário de política*. Brasília, UnB, 2007.

ORLANDI, Eni. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, Pontes, 2001.

ORWELL, George. 1984. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

RÉMOND, René. *Do político*. IN: REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro, FGV, 2003, pp. 441-455.

RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas Já: o grito preso na garganta*. São Paulo, FPA, 2003.

ROMERO, Luiz Alberto. *História contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 2001

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história conceitual do político*. São Paulo, *Revista Brasileira de História*, v. 15, n. 30, 1999.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 1990.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre, Palmarinca, 2004.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

VILLALTA, Daniela. *O surgimento de Veja no contexto da modernização brasileira*. IN: INTERCOM: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05 de setembro de 2002. disponível em: <http://en.scientificcommons.org/14922485> acessado em 7 de novembro de 2010.

